

Agosto 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 INSS controla mais de dois milhões de segurados	5
1.2 Taxa do desemprego em Angola estimada em 31,6 por cento	6
2. MICROFINANÇAS	7
3. MERCADO INFORMAL	7
3.1 “Dados do INE reflectem o aumento da pobreza”	7
3.2 Dois em cada três postos de trabalho criados este ano foram para a informalidade	7
3.3 Governo provincial de Luanda ameaça retirar autocarros a empresas incumpridoras	8
3.4 Nova regras de avaliação de imóveis mantêm valores base de há 10 anos	8
3.5 O mercado de trabalho em Angola ao Raio-X	10
3.6 Pesca artesanal sustenta mais de 10 mil famílias	11
3.7 Só oito em cada 100 trabalhadores formais são jovens entre os 15 e os 24 anos	12
3.8 Aumento de oficinas de rua gera empregos mas poucos lucros	13
3.9 Moto-taxistas aprendem regras do código de estrada	13
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	15
4.1 Fórum Regional quer 10 por cento do OGE para o sector Agrícola	15
5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	16
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	16
6.1 Crescimento desordenado dos futuros bairros preocupa governo da província	16
6.2 3.000 Habitações vão ser construídas em três municípios	16
6.3 Paralisação de obras reduz procura por cimento	17
6.4 398 Novas habitações quase prontas	18
6.5 Novas habitações erguidas no Kilamba	18
7. TERRA	19
7.1 Samba O doloroso retrato de quem viu a dignidade «incendiada»	19
7.2 Belas lança campanha massiva para legalização dos terrenos	19
8. SERVIÇOS BÁSICOS	20
8.1 Contrato GPL volta a endividar-se com operadoras e lixo «regressa em força» às ruas de Luanda	20
8.2 Empresas disputam aterro dos Mulenvos	21
8.3 O Projecto Washable,o rio Luanda e os problemas da Água e Saneamento	21
8.4 Arrumar o lixo	23
8.5 Benguela «esbanja» no lixo negócio que arrasa cofres públicos	24
8.6 Governo cria plano emergencial com às chuvas a espreita	25

8.7	Falta de saneamento basico	26
8.8	Valas de drenagem ainda com lama e lixo	27
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	29
9.1	Assaltos e mortes aterrorizam	29
9.2	Camuxiba “mergulhada” em calemas e criminalidade	29
9.3	Mais de 2.700 cidadãos detidos pelo SIC	30
10.	AMBIENTE	32
10.1	Activos Financeiros Verdes	32
10.2	Governo cria plano emergencial com às chuvas a espreita	33
11.	MINEIRA	35
12.	MIGRAÇÃO	35
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	35
13.1	China compra menos petróleo em Julho	35
13.2	Volume de negócios Angola-China cresce mais de 23 por cento	35

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 INSS controla mais de dois milhões de segurados

Jornal Economia e Finanças

6 De Agosto de 2021

Texto: Vânia Inácio

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) registou, até o primeiro semestre de 2021, um total de dois milhões e 53 mil assalariados, dos quais 495, 8 mil fazem parte da Função Pública e 1.558,7 mil correspondem as empresas públicas e privadas, segundo dados avançados pelo secretário de Estado, Pedro Filipe.

De acordo com o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, na apresentação da 3ª edição do briefing do MAPTSS, os dados revelam um crescimento 8,0 por cento no número de segurados em comparação ao período homólogo.

O INSS registou no período em análise, conforme adiantou, um crescimento na ordem de 15 por cento nos pensionistas, totalizando 85 mil e 85 reformas.

De acordo com os indicadores, 20 por cento do total dos pensionistas que tinham as contas domiciliadas no Banco de Poupança e Crédito (BPC) foram encaminhados para outros bancos.

Em relação a taxa de dependência, Angola conta com 12,8 trabalhadores activos para cada reformado, quando o número de contribuintes é de para 198.811, um crescimento de 7 por cento, em relação ao período homólogo de 2020.

O INSS classificou em quatro os regimes de protecção social, dos quais os "Trabalhadores por Conta de Outrem" representam a maioria absoluta, com 2 milhões e 43 mil setecentos e dezasseis inscritos no sistema de protecção social obrigatório, representando 99, 51 por cento. Os regimes de Trabalhador por Conta Própria (3.337), Clero (846) e Trabalhador Doméstico (5.949), correspondem a 0,16; 0,04 e 0,29 por cento, respectivamente.

"Portanto, há em curso a inserção de um novo regime que tem a ver com os desportistas e estamos a trabalhar com o Ministério da Juventude e Desportos para aprimorar as linhas gerais", disse o secretário de Estado.

Aumento de receitas

A arrecadação das receitas operacionais de 55, 779 milhões de kwanzas, com os segurados e 148,7 mil milhões de kwanzas com os contribuintes, 35,81 por cento superior ao período homólogo, constituindo uma mais-valia do INSS, considerado o período de recessão económica. O valor arrecadado é resultante das políticas de saneamento da carteira e dos acordos celebrados com as empresas que têm contribuições em atraso e de uma política de proactividade do próprio instituto, segundo Pedro Filipe.

Ressaltou, na ocasião, que o aumento das receitas patrimoniais, na ordem dos 90 por cento, resulta numa arrecadação de mil milhões 816 milhões de kwanzas, o que ocorre por força da recuperação de activos e de uma melhor gestão do património do INSS.

Alteração da LGT

No mesmo encontro, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, informou ainda estar em curso a revisão da Lei Geral de Trabalho (LGT), uma orientação do Titular do Poder Executivo que resulta de constantes reivindicações dos sindicatos.

Conforme referiu, os sindicatos tem vindo a debater-se já há alguns anos, para a necessidade de alteração e, foi assim que, sob orientação do Presidente da República criou-se um grupo de trabalho para o efeito.

O grupo é presidido pelo próprio secretário de Estado, criando com representações dos sindicatos, académicos e entidades patronais, prevendo alterar temas como uma eventual precariedade dos contratos de trabalho, bem como a diferenciação das indemnizações em caso de despedimentos dos improcedentes, consoante sejam micro, pequenas ou médias empresas, além das questões referentes as férias.

O grupo poderá ter tudo tecnicamente concluído, até Dezembro deste ano, para passar para as fases subsequentes, que de acordo com Pedro Filipe, pela natureza da legislação, deverá ser objecto de análise a nível do Conselho Nacional de Concertação Social e merecerá passar por consulta pública para absorver outras sensibilidades.

"São um leque de questões que estão a ser revistos e não seria muito correcto antes da conclusão do trabalho avançar dados concretos. O que posso assegurar é que esta ser feito um trabalho rigoroso, tecnicamente sustentado e que conta com a

sensibilidade dos mais diversos actores do mercado laboral", informou.

Património recuperado

Na ocasião, o director-geral do Instituto do Trabalho e Segurança Social, Anselmo Monteiro, informou que o valor do património recuperado, orçado em 184 milhões de dólares, resulta da recuperação das Torres Eucaliptos, Luanda Medical Center, o Instituto Sapiens, entre outros, levando em consideração o período de depreciação de 10 anos,

A Luanda Medical Center, por exemplo, que custou aos cofres da Segurança Social 49 milhões de dólares e todos os outros patrimónios têm vindo a ser rentabilizados, para garantir a manutenção, sem recorrer às reservas técnicas.

LGT aumenta inspectores

A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) reforçou-se com mais 150 inspectores, para dar resposta ao número de conflitos laborais que tem crescido nos últimos dois anos, conforme dados avançados.

De acordo com o inspector-geral, Vassili Agostinho, foram detectadas 16.189 infracções laborais, dos quais 704 resultaram em multas, no semestre.

Ainda de acordo com o inspector-geral, no primeiro semestre deste ano, o IGT registou a nível nacional um total de 921 postos de trabalho suspensos e 894 despedimentos, por motivos económicos e de calamidade.

1.2 Taxa do desemprego em Angola estimada em 31,6 por cento

Jornal Economia e Finanças
20 De Agosto de 2021

A taxa de desemprego na população em Angola, durante o segundo trimestre do ano em curso, foi estimada em 31,6 por cento, sendo 33,1 para as mulheres e 30,1 para os homens (diferença de 3,0 pontos percentuais), segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Os dados publicados pelo INE, dão conta que, a taxa de desemprego na área urbana é quase 3 vezes superior à da área rural, com uma diferença de 26,4 pontos percentuais.

Segundo o boletim estatístico que o JE teve acesso, a taxa de desemprego nos jovens dos 15-24 anos situou-se em 57,7 por cento, com uma diferença de 1,3 pontos percentuais entre homens e mulheres.

Quanto à variação percentual, os dados apontam que no segundo trimestre, a população desempregada, aumentou 4,6 por cento face ao primeiro trimestre, num aumento de 216 mil 142 pessoas.

O relatório dá conta ainda que, a taxa de desemprego aumentou 1,2 pontos percentuais.

Para os jovens de 15-24 anos, a taxa de desemprego foi de 57,7 por cento valor superior em 1,4 pontos percentuais, face ao primeiro trimestre.

No que toca à variação homóloga, o documento sublinha que, a população desempregada aumentou 3,9 por cento, que corresponde a 187 mil 785 pessoas em relação ao trimestre homólogo de 2020.

A taxa de desemprego diminuiu 0,5 pontos percentuais, que corresponde a uma variação relativa de 1,6 por cento.

Emprego

No período em referência, a população empregada foi estimada em 10 milhões 715 mil 234 pessoas, sendo 5 milhões 294 mil 567 homens e 5 milhões 420 mil 667 mulheres.

A taxa de emprego foi estimada em 61,7 por cento, sendo na área rural significativamente superior à urbana respectivamente, resultando numa diferença de 28,1 pontos percentuais. A taxa de emprego dos homens é superior a das mulheres.

A taxa de emprego dos jovens de 15-24 anos, foi de 35,4 por cento, não havendo diferença significativa entre homens (35,1 por cento) e mulheres (35,6).

Sector informal

Em Angola, a maioria das pessoas empregadas encontra-se no emprego informal com 79,7 por cento, das quais 70,8 por cento são homens e 88,5 por cento mulheres. A maioria dos empregados no emprego informal foram trabalhadores por conta própria sem trabalhador (3. 297. 950) e trabalhadores familiares sem remuneração (3. 213. 619).

A análise dos dados demonstrou que a taxa de emprego informal é maior na área rural que na área urbana (93,4 e 65,6 por cento) respectivamente.

O grupo etário de 15-24 anos, apresenta a taxa de informalidade mais alta com 92,5 por cento.

2. MICROFINANÇAS

3. MERCADO INFORMAL

3.1 “Dados do INE reflectem o aumento da pobreza”

Jornal Expansão
20 De Agosto de 2021

O que é que explica o aumento de mais de 177 mil empregos face a Dezembro de 2020, numa altura em que a economia está em recessão há cinco anos e, provavelmente, a caminho da sexta (como aponta Já o FMI)?

É imperioso partir do princípio de que, mesmo no pico da crise, a economia não deixou de criar alguns empregos em alguns sectores. O problema era (e continua a ser) que esses empregos não são suficientes para mudar o actual cenário. Com o início das campanhas de vacinação verifica-se em quase todos os países a criação de novos postos de trabalho, em Angola não seria diferente. As actividades económicas principais, segundo os dados do INE têm sido a agricultura e comércio. A população empregada teve uma variação trimestral negativa, mas a variação homóloga foi positiva. Todavia, 87,7% das 642 667 pessoas agora empregadas trabalham por conta própria. Ora bem, tendo em atenção que o relatório de Desenvolvimento Mundial elaborado pelo Banco Mundial em 2013, e dedicado ao Emprego, indica que, à medida que os países enriquecem, o auto-emprego diminui.

Portanto, a pobreza continua a ganhar espaço...

Esse aumento reportado pelo INE apenas reflecte o aumento da pobreza, o que força as pessoas a trabalharem cada vez mais por conta própria. '

O PIIM, só por si, explica esta subida de emprego? Temos sérias dúvidas já que os dados do INE indicam que as pessoas têm encontrado emprego na agricultura e no comércio. O PIIM tem o potencial de criar empregos caso as obras estimulem a produção na indústria de materiais de construção. Todavia, as notícias deste segmento indicam que as fábricas estão a produzir muito abaixo da capacidade instalada (por ex., as cimenteiras).

3.2 Dois em cada três postos de trabalho criados este ano foram para a informalidade

20 De Agosto de 2021
Texto: Joaquim José Reis

A população empregada subiu 5,3% para 10.715.234 nos primeiros seis meses do ano, um aumento de 540.775 pessoas em que apenas 33% dos trabalhos foram para o mercado formal, que, de acordo com cálculos do Expansão com base no inquérito do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre o Emprego em Angola, cresceu 9% para 2.171.615 empregos.

De acordo com os cálculos do Expansão com base nos vários inquéritos do INE, depois de cinco recessões económicas consecutivas a economia angolana voltou a criar postos de trabalho formais, um total de 177.421 entre Dezembro de 2020 e Junho de 2021. Por outro lado, 363.354 pessoas não tiveram outra alternativa a não ser o mercado informal, que acaba por ser a única solução que os angolanos têm para garantir o sustento das famílias. Na prática, Angola tem sido cada vez mais um país de biscates já que oito em cada 10 trabalhadores estão no mercado informal.

Face a Dezembro de 2020, a população economicamente activa cresceu 4,3% para 15.675.396, ou seja, mais 643.569 pessoas. Ao todo, no final do I semestre deste ano, 1.697.700 pessoas estavam em inatividade (não estava empregado ou desempregado), e 61% dessas pessoas, equivalente a 1.033.360, eram jovens entre os 15 e os 24 anos (ver peça ao lado).

Face ao final de 2020, a população desempregada cresceu 2,1% para 4.960.162 pessoas (+102.794), com a taxa de desemprego no final de Junho a atingir os 31,6%. A teoria económica diz-nos que quando o ciclo de crescimento económico está abaixo do crescimento da população um país está a criar pobres. E este é um cenário muito actual em Angola, já que o país está em recessão desde 2016 e com taxas de crescimento da população na ordem dos 3% ao ano.

"É imperioso partir do princípio de que mesmo no pico da crise a economia não deixou de criar alguns empregos em alguns sectores. O problema era, e continua a ser, que esses empregos não são suficientes para mudar o actual cenário.

Com o início das campanhas de vacinação verifica-se em quase todos os países a criação de novos postos de trabalho, em Angola não seria diferente", revelou

ao Expansão o investigador económico Fernandes Wanda.

Wanda adianta que a 'crueldade' dos números demonstram que a pobreza não para de aumentar em Angola e que a única solução para muitos angolanos continua a ser o biscate. "87, 7% das 642.667 pessoas agora empregadas trabalham por conta própria. Ora bem, tendo em atenção que o relatório de Desenvolvimento Mundial elaborado pelo Banco Mundial em 2013, e dedicado ao Emprego, indica que à medida que os países enriquecem o auto-emprego diminui, esse aumento reportado pelo I E apenas reflecte o aumento da pobreza, o que força as pessoas a trabalharem cada vez mais por conta própria", revela.

Segundo os dados do INE, é precisamente nas camadas mais jovens, precisamente nas idades entre os 15 e 24 anos, os que mais recorrem ao emprego informal.

Até ao final do I semestre, 92,5% dos jovens desta faixa etária trabalhavam no mercado informal (ver peça ao lado).

A taxa de desemprego na área urbana é quase três vezes superior à da área rural e incide mais nas mulheres do que nos homens. A estrutura dos empregos por actividade económica mantém-se. O sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), absorve mais da metade da população empregada (55,3%).

No segundo trimestre de 2021, 79,7% da população empregada tem empregos informais. Estes, na sua maioria, são trabalhadores por conta própria sem trabalhador e trabalhadores familiares sem remuneração (38,6% e 37,6% respectivamente).

3.3 Governo provincial de Luanda ameaça retirar autocarros a empresas incumpridoras

Jornal Expansão
20 De Agosto de 2021

Três das sete empresas que ficaram com os autocarros no acto do concurso público realizado no ano passado, correm o risco de ter que devolver as viaturas atribuídas pelo Governo Provincial de Luanda, caso continuem a não cumprir os pagamentos acordado no âmbito do concurso de 2020, avançou o director provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana.

Filipe Cumandala falou ao Expansão à margem do acto público, que marcou a entrega de 71 autocarros pelo ministério dos Transportes ao GPL, esta segunda-feira, tendo revelado que parte das empresas vencedoras do concurso público não obedeceram aos requisitos exigidos e que "não deviam sequer ter concorrido", "por não apresentarem experiência", referiu. o director provincial clarificou que há operadoras que estão com os pagamentos atrasados no que concerne à amortização mensal do valor dos autocarros, sendo que muitas "não têm uma base com as condições técnicas exigidas, como posto de abastecimento de combustível e estação para lavar as viaturas", entre outras.

"Estamos a reestruturar o sistema de transportes, as empresas sem condições poderão avançar para uma fusão com outras que reúnam os requisitos, ou então o governo vai retirar os autocarros", admitiu Filipe Cumandala.

Recorde-se que cada uma das viaturas adjudicadas tem um custo de 58 milhões Kz, para as empresas a pagar durante dez anos, com uma prestação mensal de 490 mil Kz. Um dos requisitos é o pagamento inicial de 5% do valor, que corresponde a 2,9 milhões Kz.

O Expansão apurou de diversas fontes, que as operadoras Camcon, Viação Cidrália e a Strang, são as incumpridoras. A Camcon é propriedade de Carlos Hilário Isaac Carneiro e José Alexandre Ferreira Carneiro, ambos filhos do antigo governador de Luanda, Higinio carneiro.

A Viação Cidrália está ligada ao empresário angolano-brasileiro Valdomiro Minoru Dondo, enquanto a Strang está ligada a Danilo dos Santos (filho do ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos e de Ana Paula dos Santos) e de vanda de Lemos Macedo, irmã da ex-primeira dama

Victor Panzo

3.4 Nova regras de avaliação de imóveis mantêm valores base de há 10 anos

Jornal Expansão
20 De Agosto de 2021
Texto: Isabel Costa Bordalo

As novas regras de inscrição, avaliação e reavaliação de imóveis, introduzidas pelo Decreto Presidencial nº 191/21, publicado no Diário da República do dia 10 de Agosto, fixam valores base para a fórmula de cálculo dos imóveis que vão dos 96.800 Kz por

metro quadrado em Luanda, aos 28.864 Kz no Cunene e no Moxico. O diploma mantém os valores base de Dezembro de 2011, não reflectindo a desvalorização do mercado imobiliário, que se acentuou após 2016.

O diploma dá a possibilidade aos proprietários de reavaliarem os seus imóveis, à luz do novo Regime de Imposto Predial, que entrou em vigor a 9 de Julho de 2020, mas na prática pouco muda em relação ao diploma anterior, no que toca aos valores base e à fórmula de cálculo do valor patrimonial dos imóveis, que tem em conta três zonas no país, avaliadas de acordo com a sua localização e os serviços de que dispõem.

Os valores base da avaliação dos imóveis são os mesmos do Despacho nº 1069/11 de 29 de Dezembro, que fixa o valor base de acordo com o valor médio por metro quadrado em cada província. E os coeficientes que compõem a fórmula de cálculo também se mantêm, à excepção do Coeficiente de Antiguidade do imóvel, designado por Coeficiente de Vetustez no Decreto Presidencial nº 81/11, de 25 Abril de 2011, que passa a ser subdividido por cinco níveis em vez dos três anteriores.

Os valores base e a multiplicação dos coeficientes que compõem a fórmula de cálculo fazem com que num exercício tendo como exemplo um imóvel com 800 metros quadrados com as mesmas características e área tenha um valor patrimonial de 93 milhões Kz em Luanda, 34,8 milhões Kz em Benguela e 9,2 milhões Kz no Cunene (ver tabelas). Ou seja quase 3 vezes menos em Benguela e 10 vezes menos no Cunene. Valores que se reflectem depois no Imposto Predial

A título de exemplo, uma habitação de 800 metros quadrados com menos de cinco anos em Luanda paga 439.640 Kz de Imposto Predial, a de Benguela 149.029 Kz e a do Cunene 21.82 Kz. Sobre o valor da avaliação recai uma taxa para efeitos de cobrança de Imposto Predial. Até 5 milhões de Kz é aplicada uma taxa de 0,1%. Os imóveis avaliados entre os 5 milhões Kz e os 6 milhões pagam um valor fixo de 5 mil Kz. E sobre os imóveis com valor superior a 6 milhões Kz é aplicada uma taxa de 0,5% sobre o excesso de 5 milhões Kz (ver tabelas).

Avalanche de avaliações

A avaliação ou reavaliação é da responsabilidade da Repartição Fiscal da área de localização do imóvel, que tem até 60 dias após a apresentação do pedido para apresentar a sua decisão. A correcção do valor patrimonial inicialmente fixado só pode ser feita uma vez após a publicação do Decreto Presidencial nº 191/21, de 10 de Agosto, e uma vez por cada

alteração que venha a ser feita no imóvel, como refere o número 1 do Artigo 13º.

O procedimento de reavaliação também pode ser despoletado por iniciativa da AGT. Em qualquer dos casos a avaliação ou reavaliação tem de ser feita de modo presencial, não bastando o documento de compra do imóvel como sucedia antes, na base do qual era fixado o valor patrimonial para efeitos fiscais.

"AD darem competência às repartições elas vão começar a olhar para os balancetes das empresas para verificar se os imóveis estão correctamente avaliados", refere um contabilista ao Expansão. A fonte admite que o decreto presidencial agora publicado possa vir a desencadear uma avalanche de pedidos de actualização das avaliações, um mecanismo importante para alargar a base de tributação do Imposto Predial. O registo e actualização da avaliação dos imóveis também é importante para regular o sector imobiliário, acrescenta.

Serviços também pesam

O valor patrimonial dos prédios urbanos para habitação, comércio, indústria e serviços tem em conta a localização do imóvel, a antiguidade, o número de serviços de que dispõem (acesso a água canalizada, electricidade e saneamento básico) e a afectação, ou seja o fim a que se destina. A avaliação é calculada na multiplicidade de todos estes elementos.

Para efeito de avaliação, o país é dividido em três zonas, sendo a 1 a mais urbanizada e mais valorizada, e 3 as mais distantes das capitais de província. A zona 1 tem um valor base (Vb) por metro quadrado de 95.800 Kz; a zona de 2 tem um valor base de 54.384 Kz e a zona 3 de 28.864 Kz.

A Centralidade do Kilamba e os condomínios na província de Luanda e nas capitais de província estão abrangidas pelo CI da zona 1 e o CI da zona 2 aplica-se às outras centralidades assim como aos condomínios situados fora das capitais de província.

O coeficiente de antiguidade varia entre 0,4 e 1, de acordo com a distribuição dos imóveis por cinco categorias: até 5 anos, entre 5 a 10 anos, entre 10 a 30 anos, entre 30 a 50 anos e mais de 50 anos, o que faz com que uma vivenda com as mesmas características e o mesmo número de metros quadrados em Luanda possa ser avaliado entre 93 milhões Kz se for novo, e 37 milhões Kz se tiver mais de 30 anos.

O coeficiente de conforto tem em conta o número de serviços que o imóvel dispõe, variando entre 0,2 se não tiver nenhum serviço, 1, no caso de dispor de

três serviços, nomeadamente água canalizada, electricidade e saneamento básico. Se tiver apenas um serviço aplica-se o coeficiente 0,5 e se tiver dois o coeficiente 0,8. O coeficiente aplicado ou a aplicar deve ser reajustado caso se verifique uma alteração do número de serviços disponíveis na zona.

As regras sobre inscrição, avaliação e reavaliação de imóveis tem em conta o facto de existirem assimetrias no país, que fazem com que "haja especificidades e diferenças entre zonas do território nacional e, em muitos casos, entre zonas de uma mesma província, município, distrito urbano ou comuna",

Isto, como explica o decreto presidencial na sua fundamentação, obriga à "introdução de maior granularidade no zonamento associado ao coeficiente de localização dos prédios, de modo a garantir maior justiça na sua avaliação, tendo em conta a exacta e real localização, bem como as condições circundantes".

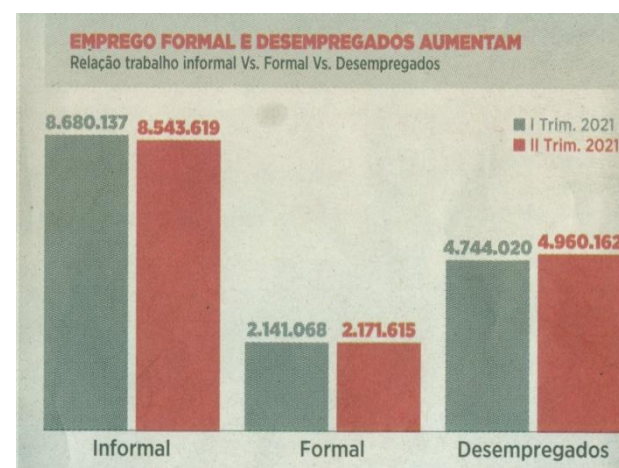
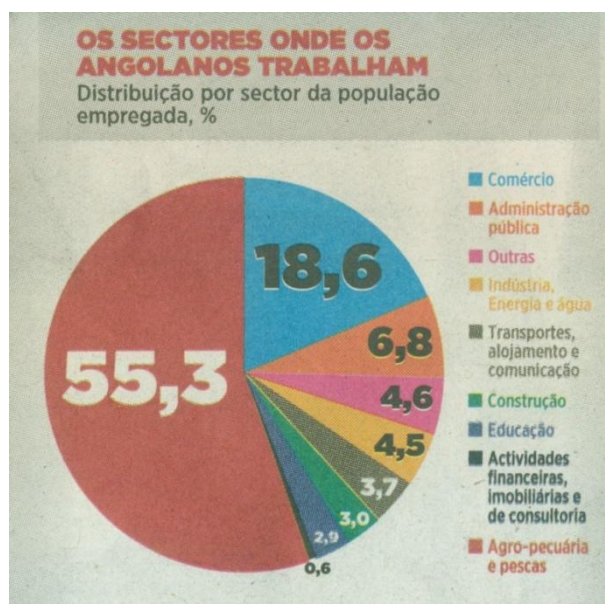
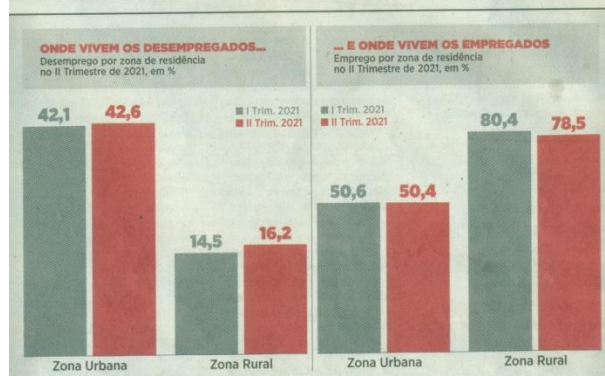
3.5 O mercado de trabalho em Angola ao Raio-X

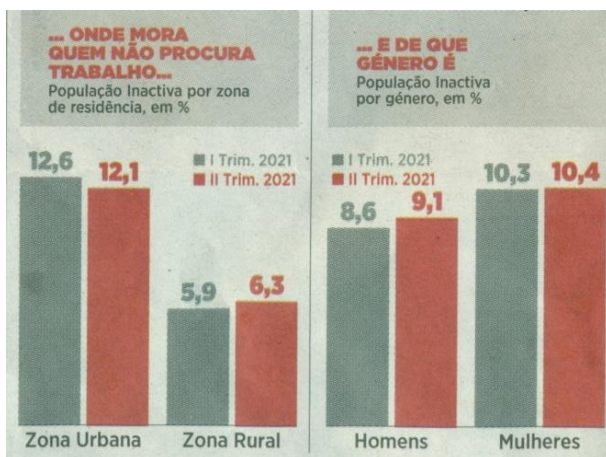
Jornal Expansão
20 De Agosto de 2021

O desemprego afecta principalmente as camadas mais jovens da população angolana, já que pouco mais de três milhões de desempregados têm idades entre os 15 e os 24 anos. Apesar das cinco recessões, segundo o INE, o mercado formal tem estado a ganhar terreno desde o início do ano.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA
Em %

INDICADOR	2010	2018	2020	I TRIM 2021	II TRIM 2021
Taxa de emprego	70,2	62,1	62,8	62,6	61,7
Taxa de emprego, Homens	72,8	64,8	64,9	64,4	63,6
Taxa de emprego, Mulheres	67,8	58,7	60,9	61,0	59,9
Taxa de emprego, Área Urbana	59,2	53,5	51,4	50,6	50,4
Taxa de emprego, Área Rural	84,7	75,7	79,4	80,4	78,5
Taxa de desemprego	9,8	28,8	30,6	30,5	31,6
Taxa de desemprego, Homens	8,2	26,6	29,1	29,4	30,1
Taxa de desemprego, Mulheres	11,2	30,9	32,1	31,5	33,1
Taxa de desemprego, Área Urbana	16,9	36,5	41,7	42,1	42,6
Taxa de desemprego, Área Rural	2,1	16,2	15,6	14,5	16,2





GLOSSÁRIO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA
Empregados e desempregados com 15-64 anos de idade.

POPULAÇÃO EMPREGADA
Pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- Tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço;
- Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

TAXA DE EMPREGO
Pessoa com idade dos 15 ou mais anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

- Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado activamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores);
- Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não

TRABALHO
Actividade económica que uma pessoa tenha exercido durante pelo menos 1 hora, podendo este ter sido trabalho remunerado, trabalho não remunerado ou trabalho na produção para consumo próprio.

NÃO TRABALHOU
Pessoa que não desenvolveu nenhuma actividade económica, remunerada ou não, na semana de referência. É importante realçar que aqui não devem ser incluídas as pessoas que não trabalharam por motivos de doença, férias, licença ou outros motivos.

TRABALHO REMUNERADO
Actividade exercida durante pelo menos 1 hora, durante a semana de referência, remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradias, alimentação, roupas, formação, etc.).

TAXA DE DESEMPREGO
Taxa que permite definir a relação entre a população de desempregada e a população economicamente activa.

3.6 Pesca artesanal sustenta mais de 10 mil famílias

Jornal Economia e Finanças

20 De Agosto de 2021

Texto: Vladimir Prata I Moçâmedes

Pedro Baiano é esposo e pai de cinco filhos. De 32 anos de idade, é pescador desde os 16, tendo iniciado na terra que o viu nascer: Baía Farta, província de Benguela. A pesca do cachucho sempre foi uma tradição na família, por isso, rápido rumou para o Namibe, onde esta espécie abunda nos mares da Lucira, Moçâmedes, Tômbwa e outras paragens.

Em 2014, Pedro tornou-se proprietário e mestre de uma chata de sete metros, e hoje emprega mais quatro marinheiros. À excepção dos domingos, todos os dias, por volta das quatro da madrugada, o grupo faz-se ao mar a bordo da sua embarcação, munidos de todo o equipamento e bens necessários - rede, isca, combustível e óleo para o motor, alimentação - para regressar quatro horas depois à praia do Sacomar. Carregado ou não de peixe, dependendo da temporada e das leis da mãe natureza, ele tem a certeza duma coisa: todos terão algo para levar a casa e garantir a alimentação das famílias.

Como Pedro Baiano, existem outros cerca de 10 mil pescadores artes anais na província do Namibe que encontram nesta actividade o sustento dos seus entes queridos e de milhares doutras famílias se tivermos de contabilizar outras pessoas envolvidas em todo o processo para levar o peixe à mesa dos namibenses, desde compradores-revendedores, transportadores, peixeiras, escamadores e outros.

A associação provincial de pesca artesanal tem conhecimento da existência dum total de 9.034 pescadores deste segmento. Destes, 2.670 fazem parte da referida agremiação, e os demais são considerados pescadores individuais. De acordo com José Vata, presidente da associação, esta organização tem realizado visitas nas zonas de pesca e reúne trimestralmente com os pescadores a fim de manter o controlo dos números.

"Estamos a falar de zonas como a Lucira, Bentiaba, Chapéu Armado, Baba, Rocha, Tômbwa e todas essas praias de Moçâmedes", disse, referindo que nesta altura a associação controla de 780 embarcações de pesca artesanal, incluindo catrongas e chatas de sete a catorze metros. O responsável realçou a actividade piscatória feita com as embarcações vulgarmente chamadas de rapas e que praticam a pesca de malha, cujo peso na balança da economia é seguramente maior em relação às que utilizam a pesca de linha.

"Não há dúvidas de que a pesca artesanal é o primeiro sector que garante a dieta alimentar das famílias do Namibe", disse, afirmando que a produção feita pela pesca semi-industrial é comercializada noutras províncias e até mesmo fora do país.

No que toca à organização e legalização dos pescadores, José Vata refere que desde que foi criada, em 2005, a associação promoveu já o aparecimento de 36 cooperativas de pescadores artesanais, das quais 25 estão legalizadas e as demais estão em vias de o fazer. Deu a conhecer que oito cooperativas beneficiaram, recentemente, de créditos atribuídos no âmbito do PRODESI, cujos valores variam de cinco a oito milhões de kwanzas.

"A nível dos pescadores individuais, temos um número de 18 pescadores que também receberam créditos no valor de dois milhões de kwanzas cada, através da linha do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), visando o aumento da sua capacidade de produção".

Existe ainda o registo de 533 bímbas, ou bóias de esferovite, utilizadas por jovens para pescar ao longo dessas praias. José Vata refere que os "bimbeiros", como são designados estes pescadores que são vistos a poucos metros do território, praticam essencialmente a pesca de linha, e constituem também um grupo importante no segmento da pesca artesanal da província.

"A sua actividade serve igualmente para levar o peixe à mesa dos namibenses e de fonte de receitas para a sustentabilidade das suas famílias. Por este motivo, não temos como excluí-los das políticas de apoio e incentivo à actividade da pesca levadas a cabo pelo Governo e outras instituições", disse, referindo que foi já constituída uma cooperativa com dez jovens bimbeiros, tendo os mesmos recebido um motor de 40 HP e respectivos imputes, num apoio dado pelo governo provincial, no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza.

3.7 Só oito em cada 100 trabalhadores formais são jovens entre os 15 e os 24 anos

Jornal Expansão
20 De Agosto de 2021

Por cada 100 trabalhadores angolanos no mercado formal apenas oito são jovens entre os 15 e os 24 anos, número que tem estado a cair desde o início da pandemia, de acordo com cálculos do Expansão com

base no relatório sobre o emprego divulgado esta semana.

Se até ao final do primeiro semestre deste ano apenas 166.083 de um total de 2.171.615 trabalhadores formais tinham idades entre os 15 e os 24 anos, no mesmo período do ano passado, quando a pandemia começou a afectar fortemente a economia angolana, 187.471 em 2.019.115 de trabalhadores formais eram jovens, o que correspondia a 9%. No final do I semestre deste ano, a taxa de desemprego nos jovens com 15-24 anos situou-se em 57,7%.

De lá para cá, 21.388 jovens perderam os seus empregos formais, contribuindo para engrossar o número de desempregados, que passou de 4.772.378 no II trimestre de 2020 para 4.960.162 no mesmo período deste ano.

Aliás, quase dois em cada três desempregados angolanos são actualmente jovens nesta faixa etária, um total de 3.020.018 jovens desempregados.

E precisamente na idade entre os 15 e os 24 anos que se encontra também a maior parte da população inactiva. De um total de 1.697.700 em inactividade, pouco mais de um milhão (61%) são jovens desta faixa etária que não trabalhavam nem estudavam no final do I semestre.

Em termos práticos jovens que não estudam nem procuram emprego podem tornar-se um problema para a sociedade já que significa que o País pode estar a produzir potenciais delinquentes.

Segundo um sociólogo contactado pelo Expansão, que solicitou anonimato, a falta de oportunidades que os jovens têm actualmente estão a "aumentar o sentimento de revolta" e a fazer subir "assustadoramente os níveis de pobreza". "Ora, o desemprego juvenil acima dos 50% quer dizer que os jovens não têm outra solução a não ser enveredar por actividades marginais que, muitas vezes, são ilegais. E 'se já se nota uma escalada na violência provocada pela criminalidade; também a prostituição está a aumentar", admite.

Este especialista admite: "É caso para perguntar: estão a pensar o futuro do País sem olhar para as pessoas? Deve-se actuar no sentido de empoderar as pessoas, dando-lhes meios de autonomia. Não é através desses programas do Kwenda [transferência de renda], que apenas serve para o imediato. Dêem-lhes antes a cana de pesca e ensinem a pescar. Se a situação se mantiver até aqui dentro de 10 anos este País vai estar um caos. Falta-nos uma estratégia de longo prazo".

O sociólogo adianta que a falta de oportunidades para os mais jovens afecta também "os sonhos" das famílias que fazem "esforços" para colocar os seus jovens a estudar nas universidades e que depois vêm que esses "esforços foram em vão", porque estes ou acabam desempregados ou a trabalhar na informalidade.

J.J.R.

3.8 Aumento de oficinas de rua gera empregos mas poucos lucros

Jornal Luanda

23 De Agosto de 2021

Texto: Arcângela Rodrigues

Aos 31 anos, o jovem empreendedor já se considera mestre em carpintaria. No seu ofício, faz uso de materiais variados, Além de fazer trabalhos em madeira, ele usa pau de junco para a produção de cestos, chapéus, candeeiros e outros artigos.

Pedro Mvunla há um ano criou a sua empresa, mas antes foi aprendiz, teve como professor o seu tio. Em 2016, aprendeu a lixar, a cortar e alinhar a madeira e fazer outros trabalhos durante dois anos.

Concluída a primeira fase, começou a trabalhar como efectivo, até o ano de 2018, altura em que o tio foi forçado a paralisar o negócio, porque ficou doente. Pedro perdeu o emprego e logo viu-se forçado a juntar algum dinheiro para montar o seu próprio negócio. aquele período, o ainda aspirante a mestre, passou por momentos difíceis chegando a pensar que não era capaz de dirigir a oficina. Mas, com coragem persistiu, tendo se firmado como profissional", não tem sido um negócio tão rentável, devido a fraca adesão de clientes", disse Pedro que afirma arrecadar apenas o suficiente para pagar os trabalhadores, o aluguer da oficina e "manter o lume do fogão aceso". " Se for a pensar em fazer outros projectos o dinheiro não chega", manifestou.

O jovem que também é artesão explicou que por algum tempo deixou de trabalhar com pau de junco, pois tem dificuldade em adquiri-lo. "Esse material é adquirido, nas províncias de Malanje, Uíge, Cuanza-Norte e Mbanza Congo, para chegar a Luanda é necessário pagar o transporte, carregadores e a constituição da documentação que prova a proveniência da mercadoria, tudo isso envolve custos e não tenho condições financeiras para fazer tudo isto" confessou.

Porém, Pedro Mvunla apesar de ter dificuldades para comprar alguns materiais, disse, que a esta altura é

mais fácil adquirir a madeira, porque pode comprá-la nos mercados da Madeira e Kikolo (principal fornecedor).

3.9 Moto-taxistas aprendem regras do código de estrada

Jornal Luanda

23 De Agosto de 2021

Texto: Fula Martins

Pedro Abílio aprendeu a conduzir motorizada por curiosidade, durante o tempo em que trabalhou como cobrador de seu irmão, proprietário de uma motorizada de três rodas.

Quando contou ao irmão que já sabia conduzir, aquele, mesmo com hesitação, entregou-lhe a motorizada, depois de vê-lo a controlá-la, aplaudiu e questionou:

"Onde aprendeste a conduzir?", disse Pedro Abílio que realçou que a partir daquele momento passou a conduzir com regularidade e sem carta de condução.

Para deixar a condição de desencartado, Pedro Abílio e muitos outros jovens abraçaram de bom grado a formação na escola de condução da (AMOTRANG), com o objectivo de futuramente estarem habilitados, de acordo com a lei de trânsito.

"Nos últimos dias estava a ser muito pressionado pelos agentes reguladores de trânsito e da Polícia Nacional. Fiquei incomodado, por isso, estou aqui", frisou Pedro Abílio que passou uma noite na esquadra policial do bairro da Boa Esperança.

Alexandre Vuma, outro moto taxista, explica que sentia-se mal a conduzir sem carta de condução, razão pela qual decidiu procurar a escola de condução da AMO-TRANG para aprender o código de estrada e obter o documento.

Ancião de 68 anos, conta que conduziu durante três anos desencartado. Os agentes de reguladores de trânsito aconselhavam-no a obter carta de condução. Foi por causa dessa chamada de atenção das autoridades que decidiu inscrever-se na escola de condução.

"Sou mais velho, e não fica bem conduzir desencartado. Estou aqui a frequentar a formação para dar o meu exemplo aos jovens", disse Alexandre Vuma, afirmando que durante o tempo que está em formação já aprendeu grande parte dos sinais de trânsito.

O idoso agradeceu a formação que recebeu e disse que o curso é valioso, e espera aprender convenientemente o Código de Estrada e os sinais de trânsito.

Há 15 anos a conduzir desencartado, Pedro Alemão está convicto do perigo que passa. Disse que arriscou-se durante muito tempo para conseguir ter os documentos pessoais e sustentar a família.

"Nem todos os dias acontece esse tipo de ajuda, agradeço a direcção da AMOTRANG pela iniciativa", manifestou Alemão, apelando os outros colegas que até agora ignoraram a oportunidade a repensarem no seu futuro,

"Muitos dos meus colegas dão a desculpa de que os elementos da AMOTRANG são aventureiros e querem apenas se apoderar do dinheiro dos motoqueiros, esquecendo-se de que a formação é grátis", lamentou.

FORMAÇÃO DOS MOTOQUEIROS

O delegado municipal de Cacuaco da AMOTRANG, Joaquim Malamba, disse que a instituição está preocupada com o alto índice de sinistralidade rodoviária.

" O projecto da Associação é formar motoqueiros e habilitá-los com carta ou licença de condução. Neste momento, estão a ser capacitados 67 motoqueiros. Devido ao apertado cerco policial e ao aumento de acidentes, os moto-taxistas solicitaram abertura da escola de condução da "AMOTRANG", para a sua formação, apesar de muitos já exercerem actividade sem nenhuma habilitação", esclareceu.

Joaquim Malamba avançou que o objectivo é mostrar aos moto-taxistas como conduzir na via pública, respeitar os agentes reguladores de trânsito. "Em muitos casos, em que os moto-taxistas são actuados pela polícia, a tendência é fugir. O motoqueiro deve conhecer os seus deveres e direitos.

Se for interpelado pelo agente deve par e identificar-se evitando a fuga", aconselhou.

ALTO ÍNDICE DE ACIDENTES

Mais de cinco acidentes de viação, em muitos casos mortais, são registados diariamente, envolvendo motos de três rodas, vulgo "Vovó veio" e as Kupapatas. A direcção da AMOTRANG sabe que o desconhecimento das regras de trânsito está na origem do alto índice de sinistralidade rodoviária.

"Muitos destes motoqueiros, anteriormente, eram roboteiros. Aprenderam a conduzir motorizadas sem

o mínimo conhecimento das regras de trânsito. Compraram as motorizadas e fizeram delas o ganha-pão. Por este motivo, estamos a capacitá-los com o objectivo de reduzir os acidentes", desabafou Joaquim Malamba.

A zona da Funda, na província de Luanda, foi a localidade onde se registaram muitos acidentes, devido a maior circulação de Kupapatas que efectuem transporte de carga para os mercados do Kicolo e do 30.

"O nosso desafio é baixar o índice de mortalidade, lá onde sai mercadorias para os mercados. Outra preocupação, segundo Joaquim Malamba, tem a ver com a falta de registo de nascimento e de bilhete de identidade, pelo que garante que têm sensibilizado os motoqueiros que não possuem documento a dirigirem-se à direcção da AMOTRANG para que possam resolver o problema. "o único documento que muitos deles têm é o cartão de eleitor. Queremos ajudar e espero que nos ajudem também a resolver esse problema".

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Fórum Regional quer 10 por cento do OGE para o sector Agrícola

Jornal Economia e Finanças
6 De Agosto de 2021

Os participantes do workshop regional sobre Sistemas Alimentares recomendaram, quarta-feira, ao Governo angolano, atribuir cerca de 10 por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE), para o sector agrícola, visando o cumprimento das Declarações de Malabo.

Assinada em Zimbaúwe, pelos Chefes de Estado e de Governos africanos, a Declaração de Malabo (Guiné Equatorial) é um instrumento que tem por finalidade dinamizar a produção transformadora agrícola no continente, de modo a garantir a segurança alimentar, mediante a cabimentação de pelo menos de 10 por cento do OGE de cada país, para o sector.

O workshop sobre Sistemas Alimentares e Consultas Públicas da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II) - Angola 2030, realizado em Malanje, recomendou igualmente a capacitação técnico-científica dos produtores agrícolas, assim como a necessidade de maior valorização dos quadros do sector agrícola, através da melhoria da tabela salarial.

O encontro, que contou com a participação de técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas, dos Gabinetes Provinciais da Agricultura de Malanje, Cuanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico, concluiu igualmente sobre a necessidade de se subvencionar os factores de produção e incentivo à constituição de brigadas de mecanização agrícola.

Distribuição de produtos

O incremento da actividade aquícola, combate à mosca tsé-tsé, a par da instalação de infra-estruturas de conservação e distribuição de produtos alimentares e melhoria das vias de acesso, de modo a facilitar o escoamento dos produtos, figuram, entre outras, das decisões do encontro.

Ao encerrar o encontro, o vice-governador provincial para o sector Político, Económico Social, Domingos Eduardo, enfatizou a necessidade de se trabalhar para tornar a agricultura num dos pilares da erradicação da fome e subnutrição no país.

Reiterou que tal pretensão passa, necessariamente, pelo aumento da dotação orçamental do sector, de modo a se elevarem os níveis de produção e, com isso, dinamizar o processo de diversificação económica, em curso no país.

Sob o lema "A contribuição da agricultura nos sistemas alimentares", o workshop centrou-se na abordagem de temas ligados à contribuição da agricultura, da pecuária, das pescas e da aquicultura no sistema alimentar, medidas e políticas operacionais para o reforço do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Crescimento desordenado dos futuros bairros preocupa governo da província

Jornal Economias e Finanças
27 De Agosto de 2021

A governadora da província de Luanda, Ana Paula de Carvalho, pediu ontem, no município de Belas, maior rigor das administrações no loteamento de terrenos, para evitar o crescimento desordenado dos futuros bairros da capital angolana.

A responsável que falava na abertura da sessão ordinária do Governo da Província, no Instituto Politécnico de Pescas (CEFOPESCAS), referiu que Luanda registou um crescimento desordenado, porque os populares antecipam-se na ocupação dos espaços e quando a administração chega nestes locais, encontra os bairros já desordenados.

Afirmou que as administrações precisam prestar maior atenção ao movimento populacional dos seus municípios, de formas a começar o loteamento e evitar que haja um crescimento desordenado de casas.

"É preciso indicar aos cidadãos os locais onde devem construir de forma ordenada, devidamente identificada, com título e direito de superfície para evitar situações de demolição ou de casas a serem levadas pelas chuvas", referiu.

Durante a sessão ordinária do Governo da Província foi feito o balanço da arrecadação de receitas, relatório do Plano Integrado de Investimentos nos Municípios (PIIM), relatório do Programa de Combate à Pobreza do mês de Julho.

Na sessão foram também analisados os principais indicadores de saúde, o Plano Estratégico de Combate à Criminalidade no Cazenga e os Planos directórios dos municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo.

Deficiências de macrodrenagem

Recentemente, o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINO-POT) e o Governo da Província de Luanda promoveram um encontro que visou mitigar as deficiências de macrodrenagem, saneamento e dos resíduos sólidos que criam graves ameaças à saúde pública, numa antevisão à época das chuvas.

Durante o encontro, que contou com as presenças dos titulares do MINOPOT e do GPL, Manuel Tavares de Almeida e Ana Paula de Carvalho, respectivamente, foi anunciada a existência de um plano de médio e longo prazo, bem como o escopo de tarefas e emergências que Luanda deverá registar nos próximos dias.

Na altura, o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, confirmou a aprovação e a existência do orçamento para as intervenções de emergências que deverão anteceder a época das chuvas.

Será criado um grupo técnico conjunto que deverá trabalhar na identificação de empresas que estejam à altura de dar solução aos problemas ou executar o escopo de trabalho previsto, de acordo com os termos de referência e cadernos de encargos. A intenção é contratar uma empresa para cada um dos municípios de Luanda.

O fundamento principal, no caso concreto, que está na base da contratação emergencial "tem a ver com a saúde pública como uma prioridade inquestionável, considerando ainda os avultados focos de lixo que a cidade de Luanda regista", finalizou o Ministro Manuel Tavares de Almeida.

6.2 3.000 Habitações vão ser construídas em três municípios

Jornal Economias e Finanças
27 De Agosto de 2021

Os municípios do Belize, Buco Zau e Cacongo, na província de Cabinda, vão ter cada um, 420 habitações (300 vivenda + 120 apartamentos) com a tipologia T3.

O município de Cabinda contempla um maior número de casas sociais, mais de duas mil e respectivas infra-estruturas.

As novas construções estão a ser já conformadas ao novo Plano Rodoviário de Angola, aprovado recentemente, que contempla, por exemplo, um espaçamento de cerca de 50 metros entre as habitações e as vias principais.

BONS RESULTADOS

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, que visitou, recentemente, a província, mostrou-se satisfeito com o trabalho conjunto que está a ser desenvolvido.

"Estamos a trabalhar em estreita colaboração com o Governo Provincial de Cabinda. Tratando-se de um instrumento de ordenamento do território foi necessário alcançar entendimentos, algo que já conseguimos com Belize, Buco Zau e Cacongo", disse o ministro, citado por uma nota do ministério.

Alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, o projecto de construção de milhares de casas sociais contou com uma ampla recolha de contribuições e auscultação às autoridades locais, estratégia que evitou a colisão do projecto com os hábitos e costumes de cada povo e município.

"O projecto está a ser financiado pelo Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), já teve seu início e as empresas já estão contratadas", destacou o governante.

De realçar que Belize, Buco Zau, Cacongo e Cabinda são os municípios que vão ganhar a construção de habitações sociais, num total de três (3) mil, num processo que já teve seu início, segundo informação prestada pelo ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, à margem da visita de trabalho de dois dias que efectua à província.

6.3 Paralisação de obras reduz procura por cimento

Jornal Economia e Finanças

6 De Agosto de 2021

Texto: Victorino Joaquim

A nova Cimangola comercializou em Junho, 200 mil toneladas de cimento, uma redução de 50 por cento face ao período homólogo de 2015.

O director-geral da empresa, Pedro Pinto, disse que esta redução deve-se ao abrandamento da economia e à contracção da procura pelo sector da Construção Civil, algo relacionado com a perda do poder de compra das famílias e à quase paralisação de grande

parte dos projectos de obras públicas e privadas que absorvem a maior parte da oferta de cimento.

Anualmente, a produção atinge 1,560 milhões de toneladas, na qual emprega 70 milhões de dólares. O gestor destacou a operação como uma das alternativas que a companhia encontrou para reduzir os custos de produção e o preço do cimento no mercado nacional.

O preço do cimento em Angola, que de acordo com dados obtidos no mercado pela nossa reportagem, situava-se, em kz 3 600 (5,64dólares) o saco de 50 quilos, já é, segundo Pedro Pinto, o mais baixo da região da SADC.

Com os seus dois grandes ramos de negócio, a venda de cimento e de clínquer, a Nova Cimangola está a funcionar no máximo da sua capacidade de produção, mantendo uma taxa de ocupação industrial situada acima dos 90 por cento, com que se torna na terceira maior empresa angolana de exportação da produção nacional.

Por este facto, segundo Pedro Pinto, a empresa está empenhada em obter uma certificação externa de uma entidade global reconhecida, para que possa exportar para o mercado internacional, incluindo os mais exigentes.

O director-geral da Nova Cimangola afirmou que o país tem potencial, mas não tem capacidade para produzir resíduos sólidos em quantidades suficiente para abastecer e fazer arrancar o projecto, estando essa capacidade, disponível em países europeus, mas a cimenteira quer envolver empresas angolanas que produzem resíduos para elevar o potencial da operação.

A matéria que a Nova Cimangola se propõe utilizar é obtida de processos de triagem e compactação de resíduos domésticos, como óleos vegetais usados e restos de madeira, bem com da indústria, que podem ser pneus usados. I

Reduzir custos

Por outro lado, a Nova Cimangola decidiu substituir parcialmente o uso de gásóleo na geração de electricidade para as suas unidades de produção, introduzindo os Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), um projecto que aguarda autorização governamental que, no curto prazo, reduz os custos com combustíveis de 3 813 milhões para 1915 milhões de kwanzas por ano.

Dados disponíveis indicam que a cimenteira chegou a ser detida em 99,9 por cento por Isabel dos Santos,

que tinha o falecido marido, Sindika Dokolo, na presidência do Conselho de Administração.

A Nova Cimangola está inserida numa lista de 195 empresas públicas em alienação, até 2022, no quadro do Programa de Privatizações (PROPRIV).

6.4 398 Novas habitações quase prontas

Jornal Economia e Finanças
13 De Agosto de 2021

As obras da segunda fase da Centralidade Horizonte, município do Cuito (Bié), com 398 novas habitações do tipo T3 e equipamentos sócias, decorrem a um ritmo acelerado.

O projecto do governo angolano contempla ainda dois Institutos Politécnicos, Escola Primária, jardim-de-infância, quadra polidesportiva, além de área comercial.

Habitada maioritariamente por jovens ávidos de realizar o sonho da "casa própria", as novas habitações irão juntar-se às 2.784 já existentes, perfazendo um total de 3.192 unidades, que vão compor a centralidade Horizonte.

A obra tutelada pelo Ministério Obras Públicas e Ordenamento do Território está com uma execução física de 30 por cento a cargo da empresa Kora Angola e será concluída em Maio próximo ano.

As candidaturas para acesso a segunda fase da centralidade horizonte, serão anunciadas após a conclusão das obras.

6.5 Novas habitações erguidas no Kilamba

Jornal de Angola
31 De Agosto de 2021

O projecto habitacional “Raíz do Quimbo” começa a ser erguido, nos próximos dias, dentro da Centralidade do Kilamba, em Luanda.

A empreitada é da responsabilidade do grupo Mandinga e será erguida em mais de quatrocentos hectares, integrado por 440 habitações e outros 160 edifícios para a zona comercial, que será constituída, igualmente, por bancos e escritórios.

De acordo com o promotor, amanhã, vai ser aberto um concurso público para o recrutamento de três mil funcionários, que irão trabalhar no projecto. Dos

grupos a recrutar, 1.110 são pedreiros, carpinteiros, marceneiros, electricistas e canalizadores.

Os interessados deverão dirigir-se à Centralidade do Kilamba, entre os quarteirões A e B, no espaço vedado.

Sem avançar o tempo de duração das obras e os parceiros encarregues da construção do referido projecto, o grupo Mandinga assume ser uma iniciativa cujos preços vão estar alinhados à realidade do mercado local.

7. TERRA

7.1 Samba O doloroso retrato de quem viu a dignidade «incendiada»

Novo Jornal

6 De Agosto de 2021

Sem moradia à vista e a depender do cumprimento da promessa de lhes ser cedido na região de Kaxicane, município de Icolo e Bengo, um espaço para autoconstrução dirigida, as mais de 500 famílias do Bairro do Povoado/Cabo Ledo, na Samba, em Luanda! vivem dias dolorosos.

O incêndio de há quase duas semanas tirou-lhes o pouco que tinham e trouxe-lhes um sem-número de problemas, a começar pela básica necessidade humana de ter um abrigo para passar a noite.

7.2 Belas lança campanha massiva para legalização dos terrenos

Jornal Luanda

9 De Agosto de 2021

AS AUTORIDADES administrativas do município de Belas lançaram. Recentemente, uma campanha massiva de sensibilização para a legalização de terrenos e licenciamento de obras de construção civil.

O director do Gabinete de Comunicação. Institucional e Imprensa da Administração de Belas. Hélder Pedro, disse à Angop que o projecto teve início no distrito de Cabolombo e visa sensibilizar os munícipes para a importância da legalização dos terrenos urbanos e rústicos.

A campanha denominada "Legalização porta-à-porta" segundo o porta-voz, vai abranger os distritos de Cabolombo. Vila Verde, Ramiros, Quenguela. Morro dos Veados e comuna da Barra do Kwanza.

A campanha tem também como propósito tornar possível e efectivo o processo de regularização de terrenos rústicos. que resultará na emissão de direito de superfície dos imóveis e a conformação das construções erguidas pelos munícipes que não possuem documentação.

O Belas é constituído pelos distritos do Kilamba. Cabolombo. Vila Verde. Ramiros. Quenguela. Morro dos Veados e a comuna da Barra do Kwanza. A maior parte dos habitantes praticam actividades agrícolas comerciais e piscatórias.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Contrato GPL volta a endividar-se com operadoras e lixo «regressa em força» às ruas de Luanda

Novo Jornal

6 De Agosto de 2021

Texto: Teresa Fukiady

Continua açesa a problemática da gestão dos resíduos em Luanda, quatro meses depois da contratação de novas empresas para a recolha do lixo e de o Presidente da República ter ordenado a criação de uma taskforce integrada pelas novas e antigas operadoras, empresas de construção civil, efectivos dos órgãos de Defesa e Segurança e organizações da sociedade civil, sob 'batuta' da ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

Segundo apurou o Novo Jornal, junto das referidas empresas e de uma fonte do Governo da província de Luanda (GPL), o 'Palácio' da Mutamba está com dificuldades para fazer pagamentos pontuais às sete empresas, mesmo após, em Fevereiro, João Lourenço ter autorizado uma despesa de mais de 34,8 mil milhões de kwanzas (cerca de 53 milhões USD) para a contratação emergencial de serviços de limpeza da capital, que se encontrava completamente suja e com cheiro nauseabundo, após a ex-governadora, Joana Lina, ter rescindido os contratos com as operadoras por incapacidade de pagamento e por considerar os vínculos onerosos para os cofres do Estado.

A situação, explica fonte do NJ, tem condicionado a qualidade do trabalho prestado pelas empresas, sendo que algumas delas, mesmo após a aprovação no polémico concurso público de Março, apresentavam falta de capacidade técnica e material, devido à falta de dinheiro, uma situação que deveria ser atenuada se o GPL cumprisse com o contrato.

"Em função deste atraso, as empresas estão a ter constrangimentos", reforça a fonte, que, no entanto, não avança o valor actual da dívida, embora assegure que o GPL "tem consciência da situação" e que está a tratar dela com o Ministério das Finanças (MINFIN).

Contudo, o director do Gabinete de Comunicação Institucional do MINFIN, numa curta explicação ao NJ, assegura não existir qualquer atraso nos pagamentos às operadoras de saneamento. Adebayo vunge detalha que o pagamento referente a Julho "está em processamento", devendo os valores

referentes ao último mês serem "disponibilizados proximamente".

Nova governadora já se reuniu com as operadoras

O Novo Jornal sabe que a nova governadora de Luanda já se reuniu com os responsáveis das empresas de recolha e limpeza da capital, tendo pedido "calma" e prometido resolver a situação o mais rápido possível.

Para além da dívida, Ana Paula de Carvalho abordou outros temas, como o plano de trabalho, execução física e financeira, constrangimentos e perspectivas de melhoria. Na reunião, a substituta de Joana Lina orientou as empresas a apresentar semanalmente um ponto de situação e a enviar planos de trabalho ao GPL, para melhor acompanhamento das operações. A governante acrescentou existir um plano de colocação de contentores em pontos onde não estejam ainda implantados.

A limpeza pública é tida como um dos maiores problemas de Luanda, que tem mais de oito milhões de habitantes e produz anualmente mais de três milhões de toneladas de lixo. Até Dezembro de 2020, o GPL tinha uma dívida de mais de 240 mil milhões Kz com seis operadoras, com as quais, no entanto, a então governadora cortou o vínculo.

Moradores dizem-se cansados

Numa ronda pela capital, as câmaras do NJ captaram, nalgumas zonas da periferia; grandes amontoados de lixo. Populares agastados contam que quase nada mudou, mesmo com a entrada em cena das novas operadoras.

Por exemplo, na zona do Calemba 2 e do Camama, no município de Talatona, é possível avistar esta realidade. É tanto lixo que os moradores realizam queimas até durante o dia para minimizar o problema.

Ao NJ, Horácio Mbakassi, responsável do consórcio Dassala/Envirobac, que trata da limpeza daquele município, admite que ainda têm dificuldades devido à falta de contentores, embora assegure que os referidos meios "já foram adquiridos".

Mbakassi justifica que a limpeza tem sido feita durante a noite, por se tratar de uma zona com grande fluxo de pessoas, uma justificação, no entanto, contrariada por um dos moradores, que diz que a recolha de lixo "é deficiente e que, às vezes, só acontece uma vez na semana".

"Estamos cansados, não conseguimos sequer entrar para a nossa rua, por causa do lixo. Temos de dar a volta", dispara Eugénio José, irritado.

Já a operadora Chay-Chay, do kilamba -Kiaxi, aponta o incumprimento aos horários instalados para o depósito do lixo por parte dos moradores como uma das razões para as enchentes nos contentores.

8.2 Empresas disputam aterro dos Mulenvos

Jornal Economia e Finanças
6 De Agosto de 2021

Duas empresas nacionais e uma estrangeira passaram à segunda fase do concurso para Parcerias Público Privadas (PPPs), no quadro da gestão comparticipada do Aterro Sanitário dos Mulenvos, informou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis.

Explicou que dessas 11 empresas, apenas três foram convidadas para a etapa seguinte, reservada a apresentação de propostas, onde submeterão, em prospecto, as suas intenções técnicas e financeiras para análise e avaliação final.

Por outro lado, o responsável fez saber que neste momento o MEP está a trabalhar com os 20 departamentos ministeriais existentes no país, como componentes do Executivo, e os Governos das 18 províncias na conclusão do Relatório de Balanço de Execução do PDN 2018-2022, referente ao I Semestre de 2021.

"Esse relatório visa a apresentação do nível de implementação, no I Semestre, das acções previstas nos 70 programas de acção do PDN 2018-2022 e a avaliação do grau de execução das metas programadas para o ano 2021", lembrou.

De acordo com Milton Reis, no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), estão a ser realizadas feiras em todas as províncias do país, com vista a dinamizar o escoamento da produção nacional e acelerar a diversificação da economia nacional.

Segundo o mesmo, estes eventos sectoriais ou temáticos estão direccionados particularmente aos produtos dos sectores da Agropecuária, Pescas e Indústria.

8.3 O Projecto Washable, o rio Luanda e os problemas da Água e Saneamento

Jornal Expansão
6 De Agosto de 2021

Li com atenção a entrevista que o Arquitecto Helder José concedeu ao jornal "Valor Económico" no passado dia 20 de Julho e gostaria de fazer alguma reflexão.

Muito provavelmente os professores da Cooperação Universitária Italiana, que funcionou nos anos 80 e 90 em Angola, ficariam maravilhados com a forma como arquitectura da cidade de Luanda se desenvolveu nos últimos anos. A cidade, de facto, desenvolveu-se sobretudo verticalmente, criando uma dicotomia entre a arquitectura tropical e a arquitectura actual. Exemplos são as torres que se localizam ao longo do eixo viário e os demais arranha-céus que, certamente, desfiguram a parte baixa da cidade.

Se a nova arquitectura tende a imitar a do Emirado do Dubai, certamente não faz sentido. De facto, o Emirado deve desenvolver-se verticalmente visto que a sua superfície é de pouco mais de 4.000 km², enquanto a província de Luanda cobre uma área de quase 19.000 km² e, portanto, pode desenvolver-se horizontalmente. Eu acho que cidades inteligentes são assentamentos bem tratados, onde os princípios ecológicos e a preservação ambiental estão bem definidas.

Não podemos esquecer que o Mercado do Kinaxixi, que pode ser considerado um património histórico, foi demolido para dar lugar a edificações que nada têm a ver com o traçado arquitectónico do Largo do Kinaxixi, e não podemos deixar de discordar com a construção de um centro comercial que cobriu totalmente a Fortaleza na entrada da Ilha de Luanda. O que me impressiona negativamente é a análise do projecto "Rio Luanda". O canal do Rio Luanda parece ser uma loucura, cortando a cidade em duas partes, com custos sociais decorrentes da relocação da população, quando Deus deu à província de Luanda dois grandes rios naturais, o Rio Bengo a norte e o Rio Kwanza a sul.

Certamente, houve custos sociais com o reassentamento dos moradores da Praia do Bispo e da Ilha da Chicala, e para o reassentamento dos moradores perto ao antigo mercado do Roque

Santeiro e aqueles do bairro do Sambizanga. Não podemos negar, porém, que os custos sociais permitiram o desenvolvimento de artérias que facilitaram a vida dos cidadãos. O Rio Luanda irá também facilitar a vida de todos os cidadãos de Luanda. Por outro lado, é facto conhecido que existem dezenas de esqueletos de edifícios ao longo da estrada que liga o distrito da Camama à zona residencial de Kilamba e na mesma zona residencial. Estes poderiam ser aproveitados para o reassentamento de residentes ao longo da rota do Rio Luanda, com uma amortização segura dos custos sociais.

A Universidade de Lancaster (Reino Unido), a Universidade Católica de Angola e a Universidade de Beua (Camarões) participam no Projecto WASHable, que entende criar uma rede de designer participativo e engajamento comunitário sobre os problemas da água, do saneamento e da higiene nos países africanos lusófonos e francófonos.

A história profundamente entrelaçada da humanidade e da água apresenta desafios complexos de desenvolvimento sustentável. O acesso universal à água limpa livre de patógenos e contaminantes é um objectivo de desenvolvimento sustentável, ligado ao saneamento e higiene, com sérias implicações para a saúde pública, sustentabilidade ambiental, alimentação e desenvolvimento da economia. Todos os países subsaarianos são os mais afectados em todo o mundo em termos de acesso a serviços de água, saneamento e higiene e, apesar dos diferentes níveis de desenvolvimento, enfrentam desafios muitos semelhantes. No entanto, as soluções para esses desafios variam significativamente entre os países subsaarianos devido à sua diversidade étnica, social, cultural e linguística altamente heterogénea. A gestão sustentável e equitativa da água, do saneamento e da higiene precisa de pesquisas que vão além da conscientização para se envolver plenamente, no nível de base, com as comunidades, a fim de garantir que novas soluções sejam desenvolvidas na escala apropriada para atender às necessidades específicas e oferecer oportunidades de aquisição de conhecimentos e habilidades, experiências pessoais de eficácia, capacidade de identificar e resolver os problemas.

Em Angola, estudos recentes mostram que em nove províncias mais de 80% da população não tem acesso a água tratada enquanto noutras oito províncias mais de 50% da população não tem acesso a água tratada e só na província de Cabinda 68% da população tem acesso a água.

Em particular, na província de Luanda só 30% tem acesso a água tratada pela rede pública, 46% por

camiónes cisterna e o restante por chafariz público (16%) ou cacimba (2%). A fonte de abastecimento dos restantes 6% não é conhecida, mas pode cair dentro desta percentagem a actividade dos kupapatas. No momento actual, e com os problemas que a cidade de Luanda está a sofrer, não creio que estes dados mudaram muito. Acho, portanto, que os rios que Deus deu à província de Luanda não são suficientes às necessidades da cidade. Mas Deus deu os rios à província de Luanda ou à EPAL?

De facto, à minha pergunta se eu pagava os custos de distribuição e tratamento da água ou a água, um funcionário da EPAL respondeu-me que eu estava a pagar a água.

A cidade de Luanda enfrenta um problema histórico em termos de distribuição e acesso aos serviços básicos de saneamento e a falta de acesso a esses serviços causa impacto negativo à saúde pública, principalmente nas comunidades de baixa renda. Os índices de saneamento actuais são baixíssimos, de acordo com o censo populacional de 2014, na questão do esgotamento sanitário, somente 8% dos esgotos são recolhidos pela rede pública e não existem dados sobre o tratamento dos 8% que são recolhidos. Com relação ao tratamento de esgotos, observa-se que os níveis de tratamento de esgoto pela rede e pública são quase imperceptíveis, sendo que em Luanda, apesar de existir algumas ETARs nas novas centralidades, somente uma delas (Sequele) funciona a 50%. Ou seja, dos 8% de esgotos recolhidos pela rede pública apenas um pequeno percentual passa, de facto, por um tratamento antes de ser descartado na natureza.

Em Angola, os métodos de tratamento dos resíduos também e causam problemas ligados à saúde devido à inexistência de sistemas de tratamento de resíduos e adequados, os subprodutos da incineração são dispostos de forma irregular e são vectores de 15 doenças. O tratamento de resíduos hospitalares é feito por meio de incineração e é da responsabilidade dos hospitais, mas por ser um tratamento caro algumas unidades hospitalares não fazem o tratamento adequado, e as que fazem destinam as cinzas de forma incorrecta, servindo assim como vector de doenças. Em Luanda também não existe no momento um aterro sanitário que cumpra de facto os requisitos técnicos.

O relatório social da UCAN (2015) informa que, entre as doenças mais comuns em Angola, destaca-se a malária, febre tifóide e doenças diarreicas que são patologias potencializadas com a falta de saneamento básico.

Em Luanda, o abastecimento de água é deficitário em função da localização dos centros de tratamento de água na periferia da cidade, longe dos centros de distribuição, das enormes perdas de água por rupturas das condutas, dos desvios de água nas condutas adutoras com construção de girafas, reservatórios ilegais e da ocupação anárquica dos espaços. No momento actual, e com os problemas que a cidade de Luanda está a sofrer, não creio que estes dados mudaram muito.

O objectivo da criação do Rio Luanda é potencializar a cidade com manancial correspondente ao seu crescimento demográfico e urbano, auferir para cada município de Luanda a capacidade de implementar o seu plano local de abastecimento de água, implementar um receptor do fluxo das águas que provocam as inundações do casco urbano, aproveitar de recursos hídricos e criar as condições técnicas para a implementação do ciclo do saneamento básico.

O Rio Luanda, penso e não sou único, visa suprir a carência de infra-estrutura urbana na cidade de Luanda, que não possui nenhum sistema de macrodrenagem e a carência de um corpo hídrico destinado a melhorar as acções de saneamento.

Em Novembro, o projecto WASHable vai organizar três workshops, um deles terá a curadoria da Lancaster University na Inglaterra, um segundo workshop será curado pela Universidade de Beua, nos Camarões, e o terceiro será curado pela Universidade Católica de Angola. Os pontos focais do workshop em Angola serão os problemas relacionados com o abastecimento e tratamento de água, saneamento básico e o Rio Luanda.

8.4 Arrumar o lixo

Jornal Luanda

9 De Agosto de 2021

Crescemos a acreditar que quem mexe em contentores de lixo é, das duas, uma: deficiente mental ou trabalhador de uma empresa de limpeza ou recolha de resíduos. Actualmente, já ninguém ousa pensar assim. Deixou de ser surpresa embora cause enorme tristeza e comisseração, ver pais e mães, chefes de família, acompanhados de filhos menores, disputando com outros "concorrentes" o lixo depositado em contentores. Um problema de saúde pública. Saúde física, para quem vasculha e espalha no chão o conteúdo dos sacos plásticos retirados dos contentores. Mas não só: trata-se, também, de um problema de saúde mental para quem deposita correctamente os resíduos na lixeira e vê, frustrado,

sem nada poder fazer, o "seu lixo" retirado e espalhado no chão, junto à sua moradia.

A partir do momento em que é largado na lixeira, o saco torna-se coisa pública. É rasgado quase imediatamente expondo toda a intimidade" do ex-dono do lixo. "Pode dar os sacos aqui?". A aparente anciã nem deixa a jovem chegar ao contentor, em baixo do prédio em que vive. na cidade do Kilamba. "Não tem nada que se aproveite aqui, mamã, só mesmo lixo", responde a ainda, "dona do lixo". Pelo menos enquanto tiver o saco em suas mãos. "Pode dar aqui essa garrafa de vinho", insiste a "catadora". A jovem entrega-lhe a garrafa. Esta agradece. "Não precisas de me chamar mamã. Se calhar somos da mesma idade ou tu podes ser minha mais velha. Só tenho 37 anos", revela.

O menino que carrega nas costas aparenta ter dois anos. Parece seu neto, mas ela confirma tratar-se do filho caçula de três anos. É pequeno para a idade. Pensou a "dona do lixo". "Aqueles dois também são meus filhos. Têm cinco anos. são gémeos", aponta para os rapazes, que. em baixo de uma árvore lavam os recipientes de água mineral colhidos no contentor, ao lado. "Só fiquei assim, parece velha, por causa das quedas da vida. Não trabalho, o meu marido morreu, me deixou com cinco filhos. A família dele me recebeu a casa, tive que voltar na minha mãe. As duas mais velhas lhes entreguei à minha irmã para estudarem e não sofrerem muito. Eu fiquei com os rapazes", revela, numa espécie de desabafo.

A jovem, por sinal mais velha que a "catadora" de lixo, pergunta-lhe o que procura exactamente nos contentores. Além de garrafas de vidro e plásticas, assim como bídões de cinco litros de água mineral. Fez saber que, quando tem sorte, recolhe brinquedos e até roupas em bom estado. "Algumas coisas que para vocês são lixo, para nós são importantes", disse. A jovem despede-se, orientando a mãe dos meninos a ir atrás do prédio, onde lhe entrega um saco cheio de garrafas de água mineral vazias. Não são poucas as pessoas que defendem, constantemente, a necessidade de "arrumarmos" o lixo antes de o depositarmos nos contentores. Para o efeito, torna-se imperioso instruir a população a separar objectos de vidro e plástico, roupas, brinquedos e outros, aparentemente, sem valor, dos restos de comida, por exemplo. Um bom indicativo de que isso poderá funcionar é o facto de vermos e assim procedemos, em visitas a países mais organizados que o nosso, nesse aspecto.

Entretanto, as empresas de limpeza e recolha de resíduos devem também, incluir na sua árdua tarefa a disponibilização de meios para o depósito, separado, de cada tipo de resíduo preciso maior organização por parte de quem descarta os resíduos, assim como de quem disponibiliza os depósitos para os mesmos, dos quais são, posteriormente recolhidos. Vamos arrumar o lixo. Vamos arrumar Luanda!

8.5 Benguela «esbanja» no lixo negócio que arrasa cofres públicos

Novo Jornal

20 De Agosto de 2021

Texto: João Marcos

Um contrato que viabilizou o fornecimento de 100 contentores para a recolha de lixo na cidade de Benguela, com a Administração Municipal de Benguela (AMB) e a empresa Sousa Lda como principais protagonistas, levanta fortes suspeitas de fraude, que devem ser objecto de participação criminal, sendo ponto assente que o Estado deixou de poupar largos milhões de kwanzas em tempo de aperto financeiro, soube o NJ de fontes seguras.

O negócio foi fechado há já alguns meses, conforme notas de pagamentos com a chancela dos serviços notariais, mas só agora, com a nova gestão do município -sede a arrumar a casa e os meios divididos por várias ruas, fazem eco sinais de tráfico de influência num concurso público "ensombrando por vícios".

Contentores de 500 litros, muitos já em mau estado de conservação, têm à timbre da Sousa Lda, empresa que compra na Metalúrgica Baía Farta, a fonte do Governo Provincial até bem pouco tempo, quando Rui Falcão, ex-governador provincial, em recados endereçados à estrutura central, dizia que "não havia dinheiro nem mesmo para tratar do lixo nas principais cidades".

Não se percebe, segundo quadros da AMB e empresários locais, como as autoridades deixam a "fonte número um", abdicando: inclusive, de desconto de 10% em cada unidade, para este negócio envolto em suspeições.

Na Metalúrgica Baía Farta, empresa solicitada por vários governos provinciais, cada contentor custa 340 mil kwanzas, preço que levaria a Administração Municipal de Benguela a gastar, no pior dos cenários, 34 milhões de kwanzas pela quantidade em causa.

Não foi possível apurar quanto a Sousa Lda, ainda à espera de pagamentos, cobra ao Estado por unidade, mas a informação disponível indica que a empresa com domicílio fiscal na Repartição do Lobito facturou já, no total, qualquer coisa como 300 milhões de kwanzas, números considerados "elevadíssimos", ainda que se tenha em conta que o contrato prevê, igualmente, o fornecimento de camiões.

Ao Governo provincial, num passado recente, a mesma metalúrgica, localizada a zona industrial do Kapiandalo, forneceu 300 contentores, com a mesma capacidade, para os quatro municípios do litoral da província.

Os documentos consultados pelo Novo Jornal mostram mais um ente no negócio que pode dar azo a uma queixa-crime, afirma Mbaka Designer, que facturou por ter feito a "entrega formal" dos meios à administração Municipal.

"Por aqui se vê que todo este processo está viciado, não se consegue explicar como as coisas foram feitas", resume um colaborador da nova administradora municipal, Paula Marisa, que tem empurrado para as autoridades judiciais casos suspeitos, como adiante veremos na rescisão do contrato de exploração do Mercado da Paz.

O Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM), tal como ilustram as imagens, serve de pretexto para o negócio dos contentores, mas, no passado mês de Julho, muito depois da assinatura dos contratos, a vice - governadora provincial, Deolinda Valiangula, dizia que Benguela e Lobito tinham "alguns problemas na inscrição dos projectos previstos e que, por isso, existiam atrasos".

Num mapa fornecido pelo GEPI Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo de Benguela, em que se vê a Sousa Lda noutras empreitadas, sobressaindo a reparação de estradas, não há qualquer referência a fornecimento de contentores no quadro do PIIM.

Em mensagem dirigida a novos técnicos, Paula Marisa veio a público admitir que a AMB tem áreas propensas à corrupção e a tentações financeiras, lembrando que, apesar de uma tarefa que se prevê complexa, é necessário comprometimento com o Estado.

Ninguém sabe de nada, ninguém viu nada!

Pelo Governo Provincial de Benguela, entidade promotora de concursos públicos para a escolha de operadores e fornecedores de bens e serviços no quadro do saneamento básico no litoral, desde o momento em que se projectou um aterro sanitário, há cerca de quinze anos, começou a ronda do NJ em busca de uma versão oficial.

O director do Gabinete de Estudos e Planeamento, Manuel Luzolo, sugeriu um questionário endereçado ao Gabinete do governador Luís Nunes, algo observado faz hoje, 29 de Agosto, sete dias, tendo uma cópia do documento sido entregue ao Gabinete de Comunicação Social.

Sem resposta até à hora do fecho desta edição, o Novo Jornal foi ao encontro do Gabinete de Contratação pública, que não pôde prestar esclarecimentos por "falta de informação".

Solicitou, por isso, uma deslocação a Secretaria-geral, mas também não foi por aí. A Administração Municipal foi, então, o último ponto de uma correria que levou quase dez dias.

"Não dispomos destes elementos (preço por cada contentor), infelizmente...", disse um alto responsável, um dos 28 quadros nomeados para o que a administradora municipal chama de viragem na gestão.

À margem do corre-corre por uma versão das autoridades, o NJ contactou uma gestora da Sousa Lda, mas a resposta não passou de um "vá à Administração Municipal, porque somos apenas fornecedores".

O braço-de-ferro entre senhoras nas malhas da bicefalia

Milhares de quilómetros separam o Comité Municipal do MPLA em Benguela, liderado por Adelta Matias, recentemente apeada do cargo de administradora, da sede da Administração Municipal, quando, na visão de analistas, deveria reinar o espírito de solidariedade institucional em nome dos munícipes.

As mudanças de quadros em sectores vitais do município são uma amostra do que se diz ser ruptura com o passado, mas não explicam tudo em relação ao "azedume" nas relações entre a administradora Paula Marisa e a primeira secretária municipal do partido no poder.

À chegada, a antiga delegada provincial da Justiça e Direitos Humanos suspendeu a entrega de terrenos no bairro das Salinas, de onde foram desalojadas

centenas de famílias, como noticiado pelo NJ, vetando o que seria o corolário de um processo conduzido por Adelta Matias.

No mais recente sinal de ruptura, há uma semana, a administradora municipal rescindiu o contrato de exploração do maior mercado informal, por alegadas irregularidades na gestão das receitas - estimadas em 15 milhões/mês, a dois anos e quatro meses da data prevista para o fim da parceria. Sinais de violação a normas de execução do Orçamento Geral do Estado, detectados pela Delegação das Finanças, ditaram a medida, já transmitida à procuradoria-Geral da República.

Em reacção, um dos mandatários judiciais da empresa afastada, a Look ACT2, que endereçou já uma nota de repúdio, fez saber que os tribunais podem ser o caminho a seguir para a impugnação deste acto administrativo.

"A empresa, desde o primeiro momento, mostrou-se aberta a introduzir adendas no contrato, a colaborar num ou noutro aspecto", disse Isidoro Chandícu, acrescentando que a Administração parece querer apenas rescindir.

A consumir-se o que está em papel, segundo o advogado, seriam violados vários princípios legais. "Se a nossa reclamação não foi aceite, os tribunais vão ser a solução", resume, antes de ter sublinhado que a indemnização proposta por Paula Marisa, na ordem dos três milhões de kwanzas, são insuficientes perante elementos de ordem material e moral que podem ser prejudicados.

Numa análise a estes acontecimentos, tendo como paradigma o que se convencionou chamar de bicefalia, o jornalista Francisco Rasgado refere que não há condições para um primeiro secretário do Comité Municipal do MPLA que não seja administrador municipal.

"O partido está a dificultar o trabalho das autoridades do município, o cenário é de crise", considera o director e fundador do CheLa Press.

8.6 Governo cria plano emergencial com às chuvas a espreita

Jornal Luanda

23 De Agosto de 2021

Texto: Domingos dos Santos

Com as chuvas à espreita, o Governo criou um Plano Emergencial para salvar a província de Luanda das

inundações. Orçado em cerca de 74 milhões de dólares, o plano será implementado em três fases.

A primeira fase contempla acções imediatas e projectos emergenciais, de contratação emergencial, a segunda abrange projectos de curto prazo e, a terceira, projectos de médio e longo prazo.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território explicou que, nessa primeira fase, será feita a recolha de cerca de 122 mil toneladas de lixo depositado em 41 lagoas, em 40 quilómetros de canais construídos e em 104 quilómetros de linhas naturais de água.

Manuel Tavares de Almeida, que falava no final de uma reunião da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, admitiu que as estruturas de macro-drenagem da cidade de Luanda carecem de manutenção para funcionar com normalidade. "Estamos a falar, por exemplo, do canal Cazenga/Cariango, que não foi concluído, faltando apenas cerca de 600 metros", disse.

Além disso, a água contaminada actualmente existente em cerca de 40 bacias de retenção será bombeada para as linhas de águas para permitir a instalação definitiva dos sistemas de esvaziamento das mesmas.

No Aterro Sanitário dos Mulenvos serão criadas condições para receber os resíduos sólidos retirados das valas de drenagem, bacias de retenção e linhas de águas.

O ministro Manuel Tavares de Almeida frisou que a ideia é mitigar, cada vez mais, o impacto da chuva em Luanda. "O programa visa mitigar o problema, para que nas próximas chuvas a situação não se agrave", disse.

O Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território e o Governo da Província de Luanda já estão trabalhar no sentido de identificar uma empresa para cada município, para dar início às acções de recolha de resíduos sólidos nas valas e linhas naturais de águas obstruídas.

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

A governadora de Luanda, Ana Paula de Carvalho, disse que serão realizadas campanhas de sensibilização para que os munícipes deixem de colocar lixo nas valas de drenagem. Essas valas, explicou a governadora; começaram a ser limpas, tendo em conta a próxima época chuvosa, indicando como exemplo a lagoa da Vaná, no município de Talatona, que tem sido uma "dor de cabeça para

transeuntes e automobilistas quando chove em Luanda.

Ana Paula de Carvalho apontou os municípios de Viana e Cacucaco como os mais críticos, devido à densidade populacional e às construções anárquicas.

OBRAS INTEGRADAS

NO DISTRITO DO RANGEL

O distrito urbano do Rangel tem registado o surgimento de lençóis freáticos, que têm obrigado muitos moradores a abandonarem as residências. A situação agrava-se, principalmente, em época de chuvas.

A directora da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL) anunciou a requalificação integrada do distrito urbano do Rangel. "O Rangel tem um nível freático muito alto, por isso precisa de ser dotado de outra malha urbana", disse Zenilda Mandinga, em declarações à Rádio Nacional de Angola, acrescentando que a empresa para a execução das obras já foi contratada.

A requalificação integrada deve contemplar as ruas do "Povo", "8 de Novembro, ex-Dona Amália", "Vaidade e "Sangue Fúria", numa extensão de 4,500 quilómetros.

A empreitada vai durar dois anos e prevê melhorar também, a rede de drenagem das águas das chuvas, residuais, de abastecimento de água e telecomunicações.

Por outro lado, Zenilda Mandinga revelou a construção de uma nova via que vai ligar a Via Expressa e a comuna do Calumbo, passando pelo distrito urbano do Zango.

"Há um estudo para mais uma via de acesso ao Zango, a partir da Via Expressa até à comuna do Calumbo", afirmou, sublinhando que foi realizado um trabalho aturado para acabar com as inundações nas imediações do Vida Pacífica.

8.7 Falta de saneamento basico

Jornal Luanda

23 De Agosto de 2021

A SEMELHANÇA de outros bairros periféricos de Luanda, o saneamento básico na Camuxiba não é dos melhores. O sistema de recolha de resíduos sólidos é deficiente. Para não variar, os moradores também não ajudam para a existência um ambiente mais sadio. A reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda

presenciou a deposição de lixo numa vala de drenagem apesar de existir alguns contentores vazios pelo bairro. Os moradores justificam essa atitude com uma alegada longa distância a percorrer até aos contentores para depositar o lixo.

O administrador do distrito urbano da Samba, Gabriel Júnior, assegura que várias campanhas de sensibilização têm sido realizadas no sentido de criar nos moradores o hábito de deitar os resíduos sólidos nos locais apropriados principalmente em contentores.

Lamenta que, apesar de todos os esforços, estes preferem colocar o lixo nas valas de drenagem alegadamente por ser mais próximo das residências. "Reconhecemos que precisamos de mais contentores na Samba, para que a população não percorra longas distâncias mas isso não pode justificar o despejo de lixo em valas de drenagem, porque isso também traz consequências principalmente em época de chuva", sublinha o administrador.

Gabriel Júnior considera regular o trabalho de limpeza a nível do distrito frisando que é responsabilidade da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL) tratar da limpeza e manutenção das valas de drenagem.

O SURGIMENTO DO NOME DO BAIRRO

O bairro deve o nome segundo os moradores, às lutas de grupo de jovens da Samba. Maria Francisco, 72 anos, conta que a rivalidade entre os jovens da Samba era muito grande. Durante um convívio realizado nas imediações de onde é hoje o mercado da Mabunda, houve um desentendimento entre os jovens e um deles foi ferido e começou a sangrar muito. "Aos gritos, o jovem dizia em kimbundo: 'Na mubatula muxiba', que em português quer dizer me cortaram a veia". Assim surgiu o nome Camuxiba". Conta a idosa.

Vestida com trajes de *bessangana*, Maria Francisco conta que as lutas entre os jovens do bairro era uma demonstração de força e quem ganhasse granjeava respeito e era temido.

"Eram mesmo só luta para ver quem tinha mais força para se terem respeito. Não havia nada de ódio feroz como hoje em que chegam a matar-se entre eles", diz..

8.8 Valas de drenagem ainda com lama e lixo

Jornal Luanda

9 De Agosto de 2021

Oito valas de drenagem dos bairros da Kinanga e Samba, município de Luanda, e rio Cambamba, município de Talatona, ainda têm grandes quantidades de lama e lixo, quando faltam seis dias para o início da época de chuvas. De acordo com a Angop, tais valas são as principais vias de escoamento de águas residuais e fluviais provenientes da parte alta da cidade.

O engenheiro Francisco Lopes, da Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda do Governo Provincial, informou que neste momento a instituição possui apenas 30 por cento de meios de trabalho, razão pela qual está reduzida a sua capacidade de intervenção.

"Não obstante, os poucos meios de que dispomos, contamos com a ajuda de alguns parceiros privados para realizarmos acções pontuais, sempre que a situação o exige". A fonte adiantou, ainda, que estão a ser feitos trabalhos de limpeza apenas na parte final das valas.

No entanto, o arquitecto Edson Gomes observou que a população deve ser sensibilizada, através de palestras e encontros com moradores, não atirar lixo para as valas de drenagem, de forma a evitar a degradação precoce destes canais de escoamento. "É necessário educar a população sobre a importância das valas de drenagem para que se mantenham sempre limpas e contribuam para o embelezamento da cidade e a conservação do meio ambiente", ressaltou.

O arquitecto considerou pertinente a criação de brigadas de manutenção de valas, cujo objectivo é evitar situações que impeçam a normal circulação de águas residuais e pluviais.

Edson Gomes salientou que, estando em época chuvosa, é muito perigoso ter as valas cheias de lixo por ser um foco de doenças.

A província de Luanda tem mais de sete milhões de habitantes distribuídos pelos municípios de Luanda, Cacuaco, Kilamba Kiaxi, Viana, Cazenga, Belas, Talatona, Icolo e Bengo e Quiçama, sendo que todos dependem destas valas de drenagem. Por esta razão, o Governo da Província de Luanda (GPL) lançou em Julho uma operação de limpeza das valas de drenagem para todos os municípios com duração de 120 dias.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Assaltos e mortes aterrorizam

23 De Agosto de 2021

Jornal Luanda

Moradora há mais de 10 anos, disse que, embora exista uma esquadra no bairro, nos últimos meses o número de assaltos e mortes aumentou consideravelmente. "Não consigo dizer quantos mortos, mas aqui no Vila Kiaxi, e do outro lado da vala, há sempre lutas e roubos. Os jovens estão a lutar com garrafas e facas. Ninguém faz nada para acabar com isso. Tenho filhos rapazes, infelizmente não conseguem circular do outro lado do bairro, por medo de represálias. Como mãe, distante dos filhos, temo sempre por más notícias", frisou a peixeira, que teve de mudar o horário para o trabalho.

"Antes saía de casa às 5h00, para chegar à praia da Mabunda, onde compro o meu negócio. Com a insegurança, prefiro sair às 6h40 e regresso a casa por volta das 15h00", disse.

Os moradores falam em grupos conhecidos, tais como "O Buraco", "Cínquentinha", "Os 10", só para citar alguns, pertencentes aos bairros Nova Esperança, Mutemba, 4 de Abril e Weji Maka, bairros fronteiriços ao Vila Kiaxi.

VENDA DE DROGAS

A venda de estupefacientes é outra preocupação dos moradores. Para eles, a facilidade com que os jovens têm acesso ao mesmo, também contribui para o desvio de comportamento de jovens e adolescentes do bairro. As casas construídas na berma das valas, que se encontram abandonadas, estão a servir de esconderijos para essas práticas.

Victor Gunza afirmou que o falecido filho foi consumidor de liamba e de bebidas alcoólicas. "O Paulo fumava liamba e também bebia álcool. Quando nos apercebemos, já era tarde. A mudança de escola não foi suficiente para ajudar na sua reintegração", suspirou o pai, que várias vezes chegou a levar o menino à esquadra do bairro, para que fosse reprimido. "Também já tinha pensado em mandá-lo para a província de Malanje, junto do meu pai. Mas o seu estado em nada ajudaria. Só ia levar dor de cabeça ao avô", deplorou.

Carlos Vidigal lamentou o facto de os jovens usarem a liamba até à luz do dia. "Todos os dias, aqui mesmo

nas ruas e em casas abandonadas próximas à vala, encontramos jovens a consumirem bebidas alcoólicas e a fumarem estupefacientes", lamentou o funcionário público, que chegou a assistir a um assalto, sem possibilidade de intervir. "É complicado ver adolescentes neste estado. São menores de idade, moradores do bairro", contou.

Conceição Luís tem sete filhos, dois dos quais consumidores de álcool. Os dois adultos estão desempregados e são uma preocupação para ela. "Não tem sido fácil para mim. O meu primeiro filho é mudo e consome álcool, assim como o segundo. É só confusão em casa", lamentou, denunciado a venda e consumo de liamba em quase todo o bairro.

Conceição Luís diz que está com saudades do antigo bairro, calmo e sossegado. "Podíamos andar a qualquer hora do dia. Mas hoje é complicado. Se não são as lutas de grupos, são os motoqueiros que se aproveitam dos transeuntes", concluiu.

MENORES

O comandante da Esquadra do Vila Kiaxi reconhece a existência de grupos rivais nos bairros, envolvendo menores de idade. O inspector-chefe João Muvuma, disse que as crianças envolvidas em crimes, são encaminhadas para o SIC e, através do Ministério Público, devolvidas às famílias, por falta de responsabilidade criminal. "Infelizmente, às crianças são inimputáveis perante a lei. Quando nos deparamos com essa situação, o que fazemos é convocar os encarregados de educação para acompanhamento dos menores.

9.2 Camuxiba "mergulhada" em calemas e criminalidade

Jornal Luanda

23 De Agosto de 2021

Texto: João Pedro

O bairro conta com duas esquadras da Polícia Nacional. Uma no interior do bairro e outra na estrada principal da Samba, depois do antigo controlo. Apesar disso, reina um sentimento de insegurança, porque, segundo relatos, diante da passividade das forças da ordem, os marginais não dão tréguas aos moradores.

Os assaltos à mão armada, na via pública, em residências e mercados, são quase uma constante. Ninguém escapa aos intentos dos marginais, nem mesmo os idosos. Madrugadoras como sempre, as peixeiras começam a jornada às 4h00 da manhã.

Nesse período, mesmo no interior do mercado, são vítimas de roubo, sob ameaça de armas brancas.

"Por trás do mercado não existe ruas, apenas becos, por onde a maioria dos bandidos foge depois de realizarem os assaltos, porque é difícil pegá-los nesse labirinto", aponta Joana Malungo, desaconselhando a equipa de reportagem deste quinzenário a dirigir-se àquela zona, para evitar o roubo da nossa máquina fotográfica.

Taxista de profissão, David Manuel, temendo pela vida e pela segurança da família, foi obrigado a mudar de residência, depois de ter sido, várias vezes, vítima de assaltos. "É inacreditável, eu vivia nas imediações do campo da Camuxiba, não muito longe da esquadra da Polícia Nacional, mas era sempre vítima de assaltos", conta com espanto à reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda.

CONSTRUÇÕES A BEIRA-MAR E O PERIGO DAS CALEMAS

Há 60 anos, Manuel Paulo assentou arraiais na Camuxiba. Construiu a casa na contra-costa, mas, devido ao perigo das calemas, arrependeu-se disso. Para o bem-estar da família, foi viver num local seguro, mas sempre na Camuxiba. Na memória ainda estão bem presentes as tristes lembranças das inundações de 2015, que destruíram várias residências e obrigaram muitas famílias a abandonarem as casas.

"Aqui, na rua do Silêncio, muitas casas foram atingidas pelas calemas. Parecia brincadeira, mas eram mesmo ondas de grandes dimensões, porque depois todo o mundo entrou em pânico", lembra.

Por isso, diz não perceber o motivo de muitas pessoas ainda insistirem em permanecer na contra-costa, alegando não terem para onde ir, apesar do perigo das calemas. Alerta que, se as construções em zonas de risco continuarem, "haverá mais desgraças, porque as calemas trazem muito lixo e destroem casas e provocam mortes".

Aos 56 anos, Domingos José, outro morador, sabe bem o que são as calemas. Conta que o fenómeno natural ocorre com maior frequência nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, período em que se registam fortes chuvas que provocam a subida dos níveis do mar.

9.3 Mais de 2.700 cidadãos detidos pelo SIC

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2021

Texto: Avelino Umba

Um total de 2.735 elementos foram detidos e cerca de 20 associações criminosas foram desmanteladas, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), em todo o país, durante as 811 micro-operações da mega ofensiva "Operação Cacimbo", durante um período de aproximadamente 80 dias, anunciou o porta-voz da instituição.

Manuel Halaiwa disse que, na operação iniciada a 2 de Junho e com término previsto para 20 de Setembro, sublinhou que, até 12 de Agosto, permitiu o esclarecimento de 1.588 crimes de natureza diversa, com realce para mais de 50 homicídios, dos quais 31 qualificados, 13 simples, seis negligentes e duas tentativas de homicídios.

O porta-voz do SIC realçou que foram, ainda, esclarecidos 328 roubos, dos quais 139 qualificados, 190 furtos, com destaque para 33 qualificados, 45 ofensas à integridade física, 42 de tráfico e venda de drogas (cocaína, liambas e outro tipo de estupefacientes), 31 tráfico e porte de armas de fogo e 16 falsificações de documentos.

O SIC esclareceu, também, 22 agressões sexuais, 17 abusos sexuais de menores de 14 anos, 13 burlas por defraudação, nove associações de malfeitores e igual número de furtos de motorizadas, uso de documentos falsos, oito desobediências, sete danos de materiais e seis de abuso de confiança.

Manuel Halaiwa salientou que quatro roubos de viaturas, três sequestros, uma tentativa de roubo e igual número de tentativas de furto de uma viatura, de arruaça e de encobrimento foram, igualmente, esclarecidos. Dos crimes acima referenciados e esclarecidos, pelo menos 342 são de natureza económica, que permitiram a detenção de 334 elementos, sendo 74 estrangeiros envolvidos na violação das normas de abastecimento ajustadas ao público consumidor.

Mais de 150 armas apreendidas

O porta-voz do SIC avançou que 1.177 mandados, sendo 1.092 de detenção, 51 de captura e 35 de busca, revista e apreensões, implicados nas diversas tipicidades criminais, foram cumpridos no período em referência.

Manuel Halaiwa referiu que foram apreendidos diversos meios, com destaque para 157 armas de fogo de diversos modelos e calibres, 39 carregadores, 161 munições, uma granada F-1, 141 viaturas, 161 motorizadas, 74 telemóveis, 994.831 quilogramas de estupefacientes e 40.955 dólares.

Crimes mais relevantes

O oficial do SIC esclareceu que, dos crimes mais relevantes e esclarecidos, destacam-se os casos de sequestro, concorrido com homicídio voluntário, de 26 de Julho, no bairro Rocha Pinto, uma acção praticada por dois elementos (já detidos), com idades entre 22 e 45 anos.

Também foi apreendida a viatura de marca Toyota, modelo Corolla, vulgo "Bolinha", utilizada como meio de apoio, nesta acção que vitimou um menor de 15 anos, de nome Adilson Adão Chaves de Sousa.

Este menor tinha recebido uma ligação telefónica de um dos marginais, por sinal seu conhecido, marcando um encontro num dos supermercados de Viana, para juntos almoçar. Do local, onde estiveram os demais integrantes do grupo, rumou-se para o Quilómetro 36, numa zona despovoada e ali foi morto o Adilson.

"Para não deixar vestígio, carbonizaram o corpo, tendo o SIC apurado que a ideia era a extracção do órgão genital do menor para suposto ritual de feitiçaria", esclareceu o oficial. Um outro homicídio qualificado ocorreu no dia 24 de Junho, no bairro Benvindo, junto ao Cemitério do Benfica, em Luanda, por meio de disparo de arma de fogo do tipo AKM, concorrido ao roubo da viatura de marca Toyota Prado e diversos artigos no interior de uma residência.

A vítima desse caso, a cidadã Cristina Kissara, de 45 anos, era enfermeira do Hospital Américo Boavida. Nesse episódio, os acusados são quatro jovens, com idades entre os 21 e 31 anos, conhecidos por Vany, Man-Tonas, Gaby, Dodó, já detidos. Outro caso de homicídio qualificado, também, esclarecido foi a morte, com arma de fogo do tipo AKM, ocorrido no dia 27 de Maio do corrente ano, no município de Cazenga, em que foi vítima Alfredo Avelino.

Nesse processo, foram detidos dois cidadãos, conhecidos por João, de 41, e Bunga, 39 anos, como presumíveis autores.

Desmentidas as 35 mortes diárias

Manuel Halawia aproveitou, durante a apresentação do balanço, para considerar serem infundadas as informações segundo as quais, em Luanda, ocorrem 35 homicídios todos os dias.

O porta-voz do SIC referiu que "nem a nível do país já se registou este número". Considerou estável a situação de segurança pública no país, não obstante determinados crimes violentos que ocorrem e que têm merecido a consequente repreensão deste e dos demais órgãos de Defesa e Segurança.

"Todos esses casos, mediante as detenções, são apresentados ao Ministério Público para a devida responsabilização criminal", disse para assegurar que o SIC e parceiros vão continuar implacáveis no combate à criminalidade no país.

10. AMBIENTE

10.1 Activos Financeiros Verdes

Jornal Economia e Finanças
6 De Agosto de 2021

Desde que as questões ambientais surgiram pela primeira vez na consciência pública, os activistas ambientais argumentaram que uma mudança significativa requer a mobilização de capital. O financiamento verde na forma de activos surgiu, ao longo dos anos, como uma estratégia central, viabilizando, por esta via, projectos com impacto ambiental positivo.

Em 2008, o Banco Mundial (BM) emitiu o primeiro "título verde" - um título estruturado, anterior a 2007, voltado para iniciativas de mudanças climáticas, emitido pelo Banco Europeu de Investimento (EIB), conhecido como "título de consciência climática".

Desde então, o que a Climate Bonds Initiative (CBI) chama de mercado de títulos "alinhados ao clima", que inclui não apenas instrumentos rotulados como títulos verdes, mas também títulos de emissores que obtêm a maior parte de suas receitas de linhas de negócios verdes, cresceu substancialmente.

De acordo com o CBI, em 2019, a emissão anual de títulos verdes atingiu USD 257,7 bilhões. Embora os títulos verdes continuem uma parcela relativamente pequena do mercado global de títulos, a emissão está crescendo rapidamente, e a maioria das emissões está com excesso de subscrições, sugerindo um apetite substancial do investidor por esses e outros activos semelhantes.

Enquanto a União Europeia é o maior mercado de títulos verdes com mais de USD 116 bilhões de emissão anual, de acordo com os dados mais recentes disponíveis do CBI - os Estados Unidos é o maior país emissor, com USD 51,3 bilhões, seguido da China com USD 31,3 bilhões.

Os principais emissores individuais incluem o EIB, Banco de Desenvolvimento Estatal Alemão (KfW), o Fannie Mae, uma empresa patrocinada pelo governo dos EUA experiente nos mercados de hipotecas, o Banco Industrial (China), o Banco Mundial e vários outros países, como os governos da França, Holanda, Irlanda, etc.

Com o crescimento dos títulos verdes, também aumentou o interesse na securitização verde, permitindo que os aforradores reduzam suas exposições ao risco de crédito. Pode reduzir os custos

de captação, pois, a dívida colateralizada, usada na securitização, pode ser menos arriscada do que a dívida não garantida do originador e, portanto, atrair taxas melhores.

Existem muitos tipos diferentes de instrumentos de dívida que buscam financiar projectos ambientais ou sociais; frequentemente surgem à medida que aumenta o interesse dos investidores e reguladores no desenvolvimento sustentável.

Os títulos verdes são a forma mais antiga e popular de activo. Eles são títulos de renda fixa estruturados de forma semelhante aos títulos tradicionais. No entanto, os recursos captados por esses títulos são destinados a projectos verdes, como a energia renovável ou transporte limpo. Geralmente, esses títulos são lastreados pelos balanços totais de seus emissores ou pelas receitas dos projectos verdes associados.

Na mesma senda, um subo conjunto dos títulos verdes, os "títulos azuis" são focados em projectos verdes relacionados à conservação dos oceanos. Eles são estruturados e funcionam como títulos verdes tradicionais

Em algumas jurisdições, os legisladores usam o sistema tributário para incentivar a compra ou emissão de títulos verdes. Eles podem, por exemplo, isentar de tributação os pagamentos de juros de títulos verdes ou fornecer créditos fiscais aos emissores de títulos verdes.

À medida que os activos verdes se desenvolveram, ficou claro que havia uma necessidade de padrões para identificar quais títulos realmente se qualificam como "verdes" quando são apenas versões "lavadas de verde" dos instrumentos financeiros tradicionais.

Com o tempo, vários organismos internacionais desenvolveram padrões e directrizes para desenvolver e credenciar activos verdes, e organizações de certificação surgiram. Hoje, muitos títulos verdes são certificados ou rotulados sob vários protocolos, dando aos investidores a confiança de que são realmente verdes.

Para as entidades públicas e privadas, fica o desafio, afinal, a emissão destes títulos pode ser uma opção, visando auxiliar na consecução de projectos sociais sendo que os seus benefícios são claros, se entender que os projectos sociais visam, directamente abordar ou mitigar uma questão social específica e/ou alcançar resultados sociais positivos especialmente, mas não exclusivamente para uma população

Portanto, tendências com estas farão parte do nosso dia-a-dia. Descorar essas práticas cuja demanda global aumento do ano, é auto excluir-se (participação de uma economia onde, os paradigmas parece estar em sintonia com o desenvolvimento sustentável e do que a população mundial reclama.

10.2 Governo cria plano emergencial com às chuvas a espreita

Jornal Luanda

23 De Agosto de 2021

Texto: Domingos dos Santos

Com as chuvas à espreita, o Governo criou um Plano Emergencial para salvar a província de Luanda das inundações. Orçado em cerca de 74 milhões de dólares, o plano será implementado em três fases.

A primeira fase contempla acções imediatas e projectos emergenciais, de contratação emergencial, a segunda abrange projectos de curto prazo e, a terceira, projectos de médio e longo prazo.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território explicou que, nessa primeira fase, será a feita a recolha de cerca de 122 mil toneladas de lixo depositado em 41 lagoas, em 40 quilómetros de canais construídos e em 104 quilómetros de linhas naturais de água.

Manuel Tavares de Almeida, que falava no final de uma reunião da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, admitiu que as estruturas de macro-drenagem da cidade de Luanda carecem de manutenção para funcionar com normalidade. "Estamos a falar, por exemplo, do canal Cazenga/Cariango, que não foi concluído, faltando apenas cerca de 600 metros", disse.

Além disso, a água contaminada actualmente existente em cerca de 40 bacias de retenção será bombeada para as linhas de águas para permitir a instalação definitiva dos sistemas de esvaziamento das mesmas.

No Aterro Sanitário dos Mulenvos serão criadas condições para receber os resíduos sólidos retirados das valas de drenagem, bacias de retenção e linhas de águas.

O ministro Manuel Tavares de Almeida frisou que a ideia é mitigar, cada vez mais, o impacto da chuva em Luanda. "O programa visa mitigar o problema, para que nas próximas chuvas a situação não se agrave", disse

O Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território e o Governo da Província de Luanda já estão trabalhar no sentido de identificar uma empresa para cada município, para dar início às acções de recolha de resíduos sólidos nas valas e linhas naturais de águas obstruídas.

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

A governadora de Luanda, Ana Paula de Carvalho, disse que serão realizadas campanhas de sensibilização para que os munícipes deixem de colocar lixo nas valas de drenagem. Essas valas, explicou a governadora; começaram a ser limpas, tendo em conta a próxima época chuvosa, indicando como exemplo a lagoa da Vaná, no município de Talatona, que tem sido uma "dor de cabeça para transeuntes e automobilistas quando chove em Luanda.

Ana Paula de Carvalho apontou os municípios de Viana e Cacucaco como os mais críticos, devido à densidade populacional e às construções anárquicas.

OBRAS INTEGRADAS

NO DISTRITO DO RANGEL

O distrito urbano do Rangel tem registado o surgimento de lençóis freáticos, que têm obrigado muitos moradores a abandonarem as residências. A situação agrava-se, principalmente, em época de chuvas.

A directora da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL) anunciou a requalificação integrada do distrito urbano do Rangel. "O Rangel tem um nível freático muito alto, por isso precisa de ser dotado de outra malha urbana", disse Zenilda Mandinga, em declarações à Rádio Nacional de Angola, acrescentando que a empresa para a execução das obras já foi contratada.

A requalificação integrada deve contemplar as ruas do "Povo", "8 de Novembro, ex-Dona Amália", "Vaidade e "Sangue Fúria", n7uma extensão de 4,500 quilómetros.

A empreitada vai durar dois anos e prevê melhorar também, a rede de drenagem das águas das chuvas, residuais, de abastecimento de água e telecomunicações.

Por outro lado, Zenilda Mandinga revelou a construção de uma nova via que vai ligar a Via Expressa e a comuna do Calumbo, passando pelo distrito urbano do Zango.

"Há um estudo para mais uma via de acesso ao Zango, a partir da Via Expressa até à comuna do Calumbo", afirmou, sublinhando que foi realizado um trabalho aturado para acabar com as inundações nas imediações do Vida Pacífica.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China compra menos petróleo em Julho

Jornal de Angola

30 De Agosto de 2021

As exportações de petróleo bruto de Angola para a China caíram 18,9 por cento em Julho, em termos homólogos, segundo dados do sector publicados, reflectindo a tendência de declínio das compras de crude a África pelo país asiático.

Segundo um relatório da consultora especializada no mercado energético S&P Global Platts, com base em dados das alfândegas chinesas e fontes da indústria, no total, a China comprou 2,9 milhões de toneladas de crude a Angola, em Julho, colocando o país africano como o sexto principal fornecedor da potência asiática.

Angola ocupava, tradicionalmente, os três primeiros lugares, alternando com a Rússia e Arábia Saudita, entre os principais fornecedores de petróleo para a China.

A Arábia Saudita e a Rússia permanecem como os dois maiores fornecedores, seguidas pelo Iraque, Kuwait e Omã, ilustrando a crescente preponderância do Médio Oriente em detrimento do continente africano.

No conjunto, as exportações de petróleo dos países africanos para a China afundaram em Julho 41,5 por cento, em comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo os dados das alfândegas chinesas.

Durante o mesmo período, as importações oriundas do Médio oriente, que correspondem agora a cerca de metade do total das compras feitas pela China, caíram 1,2 por cento, em termos homólogos, para 147,77 milhões de toneladas.

O Brasil fixou-se como o sétimo maior fornecedor, atrás de Angola, com 2,4 milhões de toneladas de crude exportadas para a China. As importações totais

de petróleo bruto da China caíram 5,6 por cento para 301,83 milhões de toneladas, entre Janeiro e Julho.

Os analistas prevêem que as exportações de crude de continente africano para a China diminuam drasticamente no 3º trimestre, devido à desaceleração da produção nas refinarias, enquanto muitas refinarias privadas do país enfrentam escassez de disponibilidade de quotas de importação de petróleo.

13.2 Volume de negócios Angola-China cresce mais de 23 por cento

Jornal Economias e Finanças

27 De Agosto de 2021

O volume de negócios entre Angola e a China registou, no primeiro trimestre de 2021, um crescimento de cerca de 23,9 por cento calculado em 10,5 milhões de dólares (cerca 6,6 mil milhões de kwanzas).

Do total do valor das trocas comerciais, a parte chinesa importou de Angola o equivalente a 9,5 milhões de dólares com um crescimento de cerca de 21,6 por cento.

Para Angola, a China exportou bens avaliados em 1,3 mil milhões de dólares, num crescimento de 50 por cento.

A informação foi dada segunda-feira pelo embaixador da China em Angola, Gong Tao, numa conferência de imprensa, que visou apresentar o balanço das suas actividades ao longo de 2020.

O diplomata referiu que em 2020 o volume de negócios entre os países teve uma queda acentuada de 37 por cento.

A queda do volume nas trocas comerciais entre os dois países tem, entre as causas, os efeitos da pandemia da Covid-19, que afectou o mercado petrolífero, uma vez que o petróleo é o principal produto que Angola vende à China.

"A China continua a manter o estatuto de maior parceiro comercial de Angola e as cooperações comerciais entre os países são de benefício mútuo", disse o embaixador.

Em relação à moratória de dívida de Angola com a china, o embaixador explicou que as empresas encarregues do serviço de dívidas continuam a manter diálogo com Angola para chegar a um acordo de moratória de serviço de dívidas.

"As empresas encarregues estão a trabalhar com Angola para reverem o novo pacote de moratória da dívida", sublinhou, Gong Tao.